



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CENTRO DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO – CETREDE
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA/RENAESP
ESPECIALIZAÇÃO EM CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E
SEGURANÇA PÚBLICA
TURMA I

MARIA HELENA COELHO PEIXOTO

DEPRESSÃO, A OUTRA ARMA QUE DERRUBA O POLICIAL

FORTALEZA-CEARÁ
ABRIL/2008

MARIA HELENA COELHO PEIXOTO

DEPRESSÃO, A OUTRA ARMA QUE DERRUBA O POLICIAL

Monografia apresentada à Coordenação do curso de Especialização em Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Cidadania, Direitos Humanos e segurança Pública.

Orientadora: Profa. Dra. Lea Carvalho Rodrigues

FORTALEZA-CEARÁ
ABRIL/2008

MARIA HELENA COELHO PEIXOTO

DEPRESSÃO, A OUTRA ARMA QUE DERRUBA O POLICIAL

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Especialização em Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista em Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública, outorgado pela Universidade Federal de Ceará – UFC e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que feita de acordo com as normas de ética científica.

Data da aprovação 16/04/2008.

Maria Helena Coelho Peixoto
Aluna

Prof^a. Dr^a. Lea Carvalho Rodrigues
Orientadora

Prof^a. Celina Amália Ramalho Galvão Lima
Coordenadora

Dedico este trabalho a Deus por ter me concedido à existência, me abençoado com sabedoria e permitido que eu chegasse ao patamar onde estou.

Aos meus pais, que grande luta travaram para que eu chegasse a uma formatura.

Aos meus filhos, Ivens e Marcel, os quais amo em demasia, e que entrementes sempre lhes furtei, no cômputo geral, momentos de uma preciosa vivência, para dedicar-me aos estudos.

Ao Afrânio pelo apoio dispensado no decorrer da elaboração deste trabalho.

À minha sobrinha Ana Paula, como incentivo para o seu sucesso, mesmo diante das adversidades.

Às minhas amigas: Socorro Magalhães e Lélia Rocha que sempre me deram alento, quando eu sentia-me desestimulada a continuar com o trabalho, e suporte para enfrentar as dificuldades.

A Prof^a. Lea Carvalho Rodrigues, orientadora do trabalho, pelo apoio dado e pelo incentivo à realização do estudo, mas também pela contribuição essencial para seu conteúdo e forma.

A Prof^a. Simone Simões Ferreira Santos, autora do Livro: O jogo do bicho – a saga de um fato social brasileiro, que em virtude do linguajar utilizado na sua obra deu-me impulso a começar a minha pesquisa, que até então estava truncada por sentir-me incapaz.

Aos entrevistados, que contribuíram valiosamente com a feitura desta monografia, pois sem a participação dos mesmos não teria sido possível a pesquisa de campo.

Aos colegas do curso pelo grande entusiasmo e leveza de cada um todas as noites, mesmo após um longo dia de serviço.

Ao amigo Pedro Juarez, pelo suporte técnico e atenção a uma colega de estudos, trocando o seu sossego pós-trabalho por diagramação (de acordo com estrutura predeterminada pela ABNT).

Aos que aqui não foram citados, mas que de alguma forma contribuíram para que esta pesquisa fosse concretizada.

“O espírito do Senhor se retirara de Saul e um espírito maligno, vindo do Senhor, o atormentava. Os servos de Saul lhe disseram: ‘Eis que um espírito maligno vindo de Deus te atormenta. Que fale nosso Senhor. Teus servos à tua disposição; eles procurarão um homem que saiba tocar a cítara; assim, quando um espírito maligno vindo de Deus te assaltar, ele tocará e isso te aliviará”

(1 Sm 16, 14-16)

RESUMO

Depressão, a outra arma que derruba o policial está aqui apresentada em um texto sem complexidade ou dificuldade. Não tem linguagem rebuscada, pois a preocupação foi tão somente pesquisar se de fato o trabalho policial causa sofrimento psíquico. A busca de material didático, a execução de entrevistas com policiais em estado de depressão, a compilação do perfil de cada entrevistado e a análise dos dados das entrevistas, proporcionou um conhecimento do que seja a realidade no meio policial, revelando para a sociedade um pouco do que seja a vida desse profissional, apesar de não ser este o objetivo principal. A pesquisa teve como escopo mostrar através das falas dos entrevistados, como vivem os policiais no seu cotidiano, adentrando na sua vida pessoal e profissional para compreender as causas do adoecimento em si, e se este tem relacionamento com sua ocupação. Aponta como principais resultados: a) os entrevistados reúnem motivos suficientes para se crer que o trabalho policial favorece ao sofrimento psíquico; b) outros pontos observados como desencadeadores da depressão, foram: separação conjugal, dificuldades financeiras e histórico familiar que, aliados à situação profissional são potencializados pelo trabalho policial. Concluí que a recuperação é possível quando há amparo da família, da instituição policial e da sociedade. Sendo de bom alvitre lembrar que agregado às instituições acima citadas está o fato do deprimido procurar ajuda em tempo hábil, logo que apareçam os primeiros sintomas ou sinais da doença.

Palavras-chave: depressão; policial; trabalho; sofrimento psíquico.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

A aposentadoria precoce de alguns colegas de trabalho foi o que me impulsionou a fazer esta pesquisa. As licenças se tornaram freqüentes. Os servidores que antes era ágeis, dedicados e que estampavam sorriso nos lábios, assumiam uma postura de mortos-vivos quando retornavam do afastamento. Tinham um semblante triste, o trabalho era feito sem o mínimo interesse, transitavam como se fossem autômatos. Adquiriram peso, com tendência a obesidade, falavam de forma arrastada.

Observando este cenário em uma Delegacia Policial e tendo tido a oportunidade de ler o livro intitulado *Peixe! Como motivar e gerar resultados*, de Stephen C. Lundin, Harry Paul, & John Christensen (2000), resolvi “clarear” o local de trabalho. E a primeira atitude foi confeccionar cartazes com frases e textos retirados do livro e distribuir em locais estratégicos da Delegacia. Iniciei pela escada onde fixei o seguinte cartaz:

NOSSO LOCAL DE TRABALHO

Ao entrar neste local de trabalho, por favor, escolha fazer deste dia um dia especial. Seus colegas, o público e você mesmo ficarão gratos. Não deixe de brincar. Podemos ser sérios em nosso trabalho sem sermos sisudos. Permaneça centrado na idéia de se fazer presente quando seu público e funcionários mais precisarem de você. E se você sentir que a sua energia está se esvaindo, experimente esse remédio certo: procure alguém que esteja precisando de uma mão amiga, uma palavra de apoio, ou de quem a ouça – e alegre o dia dessa pessoa.

Logo adiante, na porta de entrada da sala de atendimento ao público, outro cartaz que reproduzia: ESCOLHA SUA ATITUDE, e no meio estavam o texto: CARDÁPIO DE ESCOLHA DO DIA. Abaixo havia duas carinhas amarelas, uma sorridente e outra zangada. Ao lado do desenho alegre havia palavras positivas, ao contrário do lado do desenho triste. No interior da sala coloquei um painel pedindo contribuições dos demais servidores com piadas, textos interessantes, algo que trouxesse alegria.

Como o intuito era “clarear” o ambiente, olhei para as janelas e vi que as

cortinas eram pedaços de papelão. Conversei com a colega Lélia Rocha dando a idéia de fazer cortinas, mesmo que fosse de um material conhecido por TNT, por ser mais barato. Imediatamente ela disse-me que poderia conseguir com uma irmã dela que trabalhava com aquele material. Dias depois ela trouxe o combinado, eu procurei o delegado titular e expus a minha preocupação em conseguir certa quantia para gratificar uma costureira amiga para costurar o 'modelito' de cortina criada pela imaginação misturada à pequena quantidade de material. Ainda assim ficaram bonitas. Em um dado sábado fui colocá-las. Encontrei por acaso o zelador e um outro colega que me ajudaram nesse trabalho. Terminada mais uma etapa do "clareamento", chegou um colega e me disse: "Isso é coisa de quem não tem o que fazer". Esse foi um comentário desestimulante, mas não me fez desistir do meu intento que é evitar que outros profissionais adquiram os mesmos sintomas. Penso que se "fosse coisa de quem não tem o que fazer" então um psicólogo ou psiquiatra passa anos de sua vida dedicados a uma carreira que não tem sentido.

Houve esse fato desagradável, mas aconteceu um outro estimulante. Pessoas da administração governamental foram verificar as deficiências que existem nas delegacias. O delegado titular ao transpor a porta onde estava fixado um dos cartazes comentou que estes seriam para evitar o "stress".

Contei com a colaboração da amiga Lélia e criamos também um prêmio simbólico para o funcionário padrão. Fizemos uma fotografia grande e fixamos na sala do homenageado. Coincidência ou não, o fato é que algo melhorou no ambiente de trabalho.

Foi isto que me motivou a formular este projeto sobre a relação entre o trabalho policial e sofrimento psíquico

Em se tratando de um tema tão abrangente e complexo como é a depressão, o grupo escolhido para estudo foi a Polícia Civil do Estado do Ceará, especificamente aqueles policiais em exercício nesta Capital.

Considerando que essa doença vem se manifestando e se alastrando ao longo do tempo com uma velocidade muito grande, vamos abordar este tema a partir dos últimos anos, mais precisamente a partir do ano de 2003 quando três colegas de trabalho aposentaram-se por transtornos depressivos, representando 10% do efetivo, vez que a Delegacia contava com aproximadamente 30 servidores. E, não ficou só nisso, observei que outras pessoas estão afastadas do trabalho através de licenças, pelo mesmo motivo, tendo inclusive prorrogações seguidas.

Diante do exposto acima e entendida a delimitação do tema, apresenta-se a seguinte problemática: seria o trabalho policial causador de sofrimento psíquico, desencadeador do adoecimento, ou um catalizador da depressão? Isso porque, para uns é uma doença banal, para outros, mera encenação; ou seja, a pessoa estaria usando de uma farsa, utilizando-se desse artifício para “fugir do trabalho” e, ainda, uma doença que não tenha a gravidade ao ponto da pessoa deixar de exercer suas atividades.

Tendo em vista tratar-se de assunto ligado à história de vida das pessoas, envolvendo subjetividade, decidi trabalhar com entrevistas, e para isso, muitas providências foram tomadas. Tomei conhecimento de que seria necessário apresentar o Projeto da Monografia ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará (COMEPE), isto porque a pesquisa estaria envolvendo seres humanos. Para isso foi exigida a apresentação de um currículo na plataforma LATTES – CNPq, preenchido através da internet e impressa a Folha de Rosto para que a instituição onde fosse realizada a pesquisa autorizasse sua execução. E ainda um modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para os participantes. Dando continuidade aos trabalhos, a orientadora, professora Lea Carvalho Rodrigues, através de documento, apresentou-me ao Cel. Barreto, Diretor da Célula de Perícia Médica do Estado do Ceará, onde fiz requerimento com o objetivo de obter uma relação dos policiais civis afastados por adoecimento/licença das atividades.

Apesar de todas as tentativas feitas para conseguir uma listagem das pessoas que se encontravam afastadas por problemas de saúde, foi através do Departamento de Recursos Humanos (DRH), que consegui uma listagem, para dar prosseguimento aos trabalhos.

O objetivo central da pesquisa é analisar as várias histórias de vida dos policiais entrevistados, observando com perspicácia o entrelaçar dos acontecimentos que levaram esse servidor ao adoecimento. O trabalho não se mostra tão fácil, pois requer perscrutar o recôndito da alma do entrevistado com cautela, não deixando escapar qualquer informação que se faça importante para o deslinde da questão, e ainda porque muitos fogem do problema, seja por preconceito ou por medo de assumir uma doença de cura tão complicada. Alguns preferem aceitar que estão com hipertensão, com hérnia de disco, dores lombares, dores na coluna, ou outras doenças que certamente tenham sido uma válvula de

escape do organismo para manifestar o adoecimento, pois percebemos que são perturbações da saúde causadas por estresse. Outros se negam a partilhar os acontecimentos de sua vida em prol de um futuro melhor, deixando assim a ocasião passar, e desta forma calam a voz. Essas oportunidades, do indivíduo ser escutado são tão raras, que não deveriam ser ignoradas. São esses momentos que são perdidos e que muito poderia engrandecer a comunidade em geral, pois o estudo requer não só o conhecimento da parte teórica, como também da vivência prática.

Minayo (2006:36) afirma que “qualquer investigação utiliza conceitos e noções de várias áreas do conhecimento e que os métodos por si mesmos não possuem todos os elementos para responder às questões que um tema específico suscita”. Então é importante que a pesquisa seja vista por vários ângulos, utilizando-se a integração disciplinar e metodológica, permitindo que tenhamos uma visão geral do assunto estudado. É nada mais importante que a própria história contada pelos protagonistas, que são os entrevistados.

Dada à seriedade que o trabalho exige, o projeto (Depressão, outra arma que derruba o policial) foi submetido à aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará (COMEPE), obtendo a aprovação em 24 de agosto de 2007, dentro das normas que regulamentam a pesquisa em seres humanos do Conselho Nacional de Saúde – Ministério da Saúde, Resolução nº. 196 de 10.10.1996. Obteve o Protocolo COMEPE nº. 183/07.

Após a autorização do COMEPE o passo seguinte foi averiguar se a Superintendência da Polícia Civil já realizava algum tipo de trabalho tendo em vista a recuperação e prevenção do adoecimento em razão do estresse profissional, e se isso teria repercutido na saúde do trabalhador de polícia. Apesar de fazer parte da instituição – Polícia Civil, eu não sabia da existência do Departamento de Assistência Médica e Psicossocial (DAMPS), que funciona no 2º. Andar do prédio da Superintendência da Polícia Civil, localizado na Rua do Rosário, no centro desta Capital. Procurei as profissionais do DAMPS, Dr^a. Sônia Amaral Paz e Dr^a. Maria do Carmo Vasconcelos (ambas Assistentes Sociais) e após identificar-me elas foram bastante solícitas em ajudar-me no que fosse possível para a execução da monografia. Tomei conhecimento da existência de duas divisões: a psicossocial e a médica. A divisão psicossocial presta os seguintes serviços: atendimento psicossocial, visitas (hospitalares, domiciliares e institucionais) orientação a procedimentos funcionais, atendimentos a dependentes químicos, atendimentos

psicológicos e creche. Não tinha conhecimento do trabalho realizado pelo dito departamento, que também atua no âmbito social, pois assiste aos policiais em dificuldades financeiras, auxiliando na compra de medicamentos, óculos, alimentação e outros. Inserido no atendimento psicossocial existe um grupo formado por psicólogos e assistentes sociais que prestam ajuda a policiais com distúrbios psicológicos, e/ou os dependentes de álcool e outras drogas. Expus o interesse em conhecer o trabalho desenvolvido por aquele departamento neste sentido e fui informada da existência de um grupo de auto-ajuda que funcionava lá mesmo, do qual também me aproximei, e tive excelente aceitação pelos participantes. Passei a frequentá-lo com assiduidade com o intuito de observar até onde o grupo tem como foco as relações que podem eventualmente se estabelecer entre o trabalho no sistema de segurança pública, por um lado, e o sofrimento psíquico, por outro. O encontro realizado no DAMPS é semanal, às quintas-feiras, no horário entre 9h e 11h, dirigido por Maria do Carmo, carinhosamente conhecida por 'Carminha' - Assistente Social, que utiliza como dinâmica trazer o assunto mais em voga do momento para ser debatido pelos participantes (em número de 12), ou a leitura de um texto sobre o qual todos colocam o seu ponto de vista, dando liberdade para que exerçam o poder da fala e assim possam extravasar as suas ansiedades, bem como refletir sobre suas ações até aquele momento. Funciona com precariedade, mas com a dedicação de 'Carminha', que é bastante compassiva com todos os integrantes do grupo, torna-se um encontro muito frutuoso. Denota-se esse proveito pela assiduidade dos seus integrantes ao encontro. Estive acompanhando o grupo durante cerca de oito meses (maio/dezembro de 2007). Inclusive foram entrevistados dois participantes do citado grupo.

Lancei mão de técnicas quantitativas e qualitativas para desempenhar o trabalho, uma vez que a natureza e a complexidade do objeto exigem tal procedimento.

Abordagem quantitativa

➤ Plano de amostragem

O plano de pesquisa que adotei utilizou uma amostra aleatória de policiais que estão afastados por motivo de licença saúde e que tiveram essa licença prorrogada.

➤ **Contatos Institucionais**

Compareci ao DRH da Superintendência da Polícia Civil e solicitei listagens dos servidores que estavam afastados por problemas de saúde.

Fui à Célula de Perícia Médica do Estado do Ceará, vinculada ao Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará (ISSEC) em busca de mais dados para a pesquisa.

Tomei conhecimento da existência do DAMPS, e a partir dessa consciência mantive contato semanalmente participando dos encontros.

Trabalho de Campo quantitativo

Obtive por meio do DRH a informação de que existem 1.944 policiais na ativa. No dia 24.05.2007 recebi duas listagens: uma relação - afastamento licença saúde (19), outra relação de afastamento - licença saúde prorrogação (64). Voltando àquele Departamento na data de 13.11.2007, observei que a primeira listagem tinha sido aumentada para 26 servidores de licença e a segunda listagem por prorrogação, também tinha aumentado, para 70. Fiz um paralelo entre as duas listagens de licença saúde por prorrogação (em 24.5.07 e 13.11.2007). Observei que durante esses seis meses 28 pessoas estavam nas duas listas de prorrogação, representando 40% dos afastamentos e estas foram exatamente às pessoas que escolhi para trabalhar na minha pesquisa. A partir deste universo, foram selecionados para entrevista em profundidade 30%, perfazendo um total de nove pessoas escolhidas aleatoriamente. À proporção que foi utilizada para os homens é de 71,5% e para as mulheres de 28,5%, dado que 20 são homens e oito são mulheres. Portanto, foram entrevistados seis (06) homens e três (03) mulheres, escolhidos aleatoriamente nas listagens do DRH. Participaram da pesquisa aqueles que optaram por fazê-lo, sendo-lhes entregue o documento (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido), que eles (as) assinaram concordando com sua

participação, sendo-lhes preservado o sigilo e a possibilidade de desistência se assim o desejassem.

➤ **Expansão da amostra**

Após a escolha da amostra, e feitas às entrevistas, os dados coletados e tabulados a partir desta quantidade de policiais passaram a representar o coletivo deles na Polícia Civil do Estado do Ceará.

Abordagem qualitativa

➤ **Sujeitos envolvidos**

Policiais civis acometidos de anomalias detectadas na clínica do coletivo do trabalho. Optei por fazer entrevistas, e foram ouvidos cinco inspetores, três inspetoras e um escrivão. Por duas vezes marquei com delegados, mas não consegui entrevistar nenhum, até mesmo inspetores, quando sabiam que a entrevista seria gravada, negavam-se a participar. Como já fora explicitado acima, a amostra foi construída a partir de uma listagem com servidores em licença prorrogatória. É provável que outros estejam passando pelos mesmos problemas, mas não se manifestaram perante a instituição.

A ansiedade, tensão e preocupação constituem fatores presentes no dia a dia do policial que a muito custo consegue driblar a situação e realizar o seu trabalho. No entanto, nem todos conseguem, caindo em depressão, ou em vícios, dos quais alguns não se libertam e chegam até o óbito.

Conforme o Dr. Cyro Masci¹:

A depressão não tem uma única causa, no geral é uma combinação de diversos fatores. Existem fatores psicológicos (como uma intensa reação à perda de uma pessoa querida, por exemplo), fatores do ambiente: como ter que enfrentar uma situação de convívio com uma pessoa muito doente, fatores genéticos (que é a predisposição orgânica que cada pessoa traz ao nascer), fatores hormonais (como baixo funcionamento da tireóide ou desbalanceamento de outros

¹Masci, Cyro. Depressão ou Tristeza? **Diário do Grande ABC**. São Paulo, 9 jul.2000. Qualidade de Vida, Caderno de Economia, p.2.

hormônios) e fatores bioquímicos cerebrais, nos transmissores químicos do cérebro.

A pesquisa está efetivamente voltada para averiguar a origem deste distúrbio, e saber até que ponto o trabalho policial tem parcela de responsabilidade para esse adoecimento.

A relevância social deste tema (depressão) está diretamente ligada à qualidade do atendimento à sociedade. A segurança pública é fundamental para a harmonia social, para isso é importante que se tenha profissional qualificado, saudável, e que tenha uma vocação verdadeira para exercer tal mister.

Quanto à relevância científica, é o objetivo principal da própria pesquisa que visa despertar o interesse das autoridades, para que se voltem para o policial como um ser que precisa de muita atenção, muito cuidado desde o seu ingresso (ouvi de um entrevistado que se tivessem feito uma análise de sua vida pregressa não o teriam contratado), formação e manutenção, pois é “uma peça imprescindível” no aparato do controle da violência. A pesquisa em si, preocupa-se com a saúde do policial.

CAPÍTULO I - PERCURSO METODOLÓGICO

DIFICULDADES DO TRABALHO DE CAMPO

A pesquisa de campo para ter início necessitou da aprovação do Projeto no Comitê de Ética em Pesquisa da UFC (COMPEPE), como já foi esclarecido acima. Conforme a Resolução 196/96 que trata das diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos faz-se necessário que seja autorizada pelo citado comitê. Para obter tal autorização o COMPEPE faz uma série de exigências: folha de rosto devidamente preenchida e assinada, o projeto de pesquisa em português com anexos, modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (documento que todos os entrevistados assinam concordando em participar livremente), currículo LATTES (obtido via internet através do Ministério da Saúde/Conselho Nacional de Saúde/Comissão Nacional de Ética em Pesquisa), carta solicitando apreciação do projeto ao COMPEPE, cronograma ou período de realização da pesquisa, autorização dos locais onde será realizada a pesquisa (no caso, autorização do Superintendente da Polícia Civil – Bel. Luiz Carlos de Araújo Dantas) e, por fim, um relatório ao final da Pesquisa. De posse de toda documentação, dei entrada no pedido de solicitação para apreciação do projeto de pesquisa dia 27.07.2007, recebi o protocolo de aprovação nº. 183/07 dia 24.08.07. Foi praticamente um mês de espera.

Paralelamente ao requerimento ao COMPEPE, procurei a Superintendência da Polícia Civil, localizada na Rua do Rosário, nesta capital, especificamente o DRH, onde obtive uma relação de servidores que se encontravam de licença, mas também fui orientada a comparecer ao DAMPS, onde participei assiduamente das reuniões de auto-ajuda para policiais com problemas relacionados ao álcool, dependência química e outros. Nesse departamento obtive duas entrevistas (um escrivão e um inspetor), não catalogadas na amostragem acima citada, mas já mencionado anteriormente.

Outra tentativa de obter uma listagem mais objetiva foi procurando a Célula de Perícia Médica do Estado do Ceará, vinculada ao ISSEC, onde foi exarada

uma apresentação sobre a minha condição de aluna do curso de Especialização em Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública, e que necessitava de dados para a condução da pesquisa e que estariam disponíveis naquela Célula Médica, uma vez que as licenças para tratamento de saúde são obtidas por aquele setor de perícia. A recepcionista informou-me que aquele tipo de informação (sobre listagem dos licenciados) só poderia ser permitido por meio de autorização do diretor. Na semana posterior fui lá novamente, ele não estava. No dia seguinte resolvi ligar, este me orientou a fazer um ofício pela Universidade, juntamente com um requerimento fazendo o pedido. A orientadora desta monografia apresentou-me, por meio de documento timbrado, ao citado diretor da Célula de Perícia Médica do Estado do Ceará com o fim de obter dados pertinentes à pesquisa, pois é através desta célula que os servidores obtêm a licença médica. Cheguei a comparecer àquele setor três vezes, mas em cada uma delas havia um empecilho. Deles tentei obter a tal listagem, mas desisti, até pela questão do tempo. O tempo urge, principalmente quando estamos dependendo dele. Centralizei-me, portanto na listagem obtida no DRH, uma vez que a outra estava muito complicada.

Autorizada a pesquisa pelo COMEPE, de posse da listagem obtida através do DRH, o próximo passo foi agendar as entrevistas.

Outra dificuldade observada, fora inicialmente a não localização dos policiais através dos telefones obtidos, seja porque tenham mudado o número, seja porque a pessoa não morava mais naquele local, e ainda porque alguns, mesmo as esposas dizendo que eles estariam com esse tipo de sofrimento, mas ele mesmo não admitia, considerando que estaria apenas acometido de hipertensão, ou outra doença qualquer. Aconteceu ainda de marcar a entrevista e a pessoa não comparecer ao local, e sucedendo a esse fato, o policial que tomando conhecimento que a entrevista seria gravada não concordou em participar.

PONTOS POSITIVOS

Considero positivo ao andamento do trabalho a ajuda de uma servidora do DRH, que desde o dia que tomou conhecimento da pesquisa empenhou-se avidamente a ajudar-me. Quando ao encontrá-la acidentalmente nos corredores da

Superintendência, ao informar-lhe que ainda faltavam quatro entrevistas, três entrevistas, ela preocupava-se como se o trabalho fora dela. Logo em seguida ela ligava-me, e mesmo que eu não estivesse em casa deixava o telefone de alguém para eu entrevistar. Isso porque ela está presente no dia a dia daqueles que tiram licença, e como se trata de uma pessoa compassiva, ou seja; que tem compaixão, termina por aquele local ser um confessionário. Assim sendo, é fácil para ela saber se o afastamento da pessoa é por sofrimento psíquico. Não foi necessário, portanto, fazer entrevistas com casos diversos do que eu procurava.

Outro local bastante acolhedor foi o DAMPS, onde pude ter acesso aos servidores com problemas relacionados ao álcool, dependência química e outros, Tive apoio da Dra. Sônia, da Dra. Carminha (com especialidade) e do inspetor Uchôa. Particpei do grupo da auto-ajuda cerca de oito meses, foi uma troca de experiência bastante salutar. Tenho inclusive intenção de voltar futuramente.

Senti-me bastante lisonjeada quando um entrevistado salientou que aquela era a primeira visita que recebia de alguém ligado à instituição onde trabalhara. Reclamou da falta de apoio dos superiores, bem como das Assistentes Sociais, pois nunca telefonaram para saber como ele estava. Então, considero importante desde já esta pesquisa, pois já está rendendo frutos, uma vez que denota nas palavras do entrevistado um ressentimento, que possivelmente já fora minorado pela minha visita ao seu ambiente familiar.

Quero expressar a valiosa contribuição ao meu crescimento pessoal, pois anteriormente considerava-me avessa ao convívio com o público em geral, no entanto as entrevistas vieram desfazer essa visão simplista, ocorrendo exatamente o contrário. Hoje compreendo como é bom interagir com vários tipos de cenários, com vários tipos de vivências! Foi uma experiência ímpar, visitar colegas desconhecidos, com modos de pensar multiformes, bagagens diversificadas, bairros diferentes, horários variados. E, diferentemente do que acontecia comigo no passado, não fiquei em nenhum momento ansiosa, com o que me esperava.

CAPÍTULO II - APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA DA PESQUISA

RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E SOFRIMENTO PSÍQUICO

A depressão é uma “doença que está entre as mais diagnosticadas pela Organização Mundial da Saúde e afeta, só no Brasil, dez milhões de pessoas”².

Ao buscar a literatura acadêmica, pude observar que esta dedica pouco espaço ao profissional da Segurança Pública, normalmente ela volta sua atenção para trabalhadores no setor de saúde, caixa bancário, telefonista, trabalhadores na indústria química, viação de caça e os operários em geral, mas o policial não é lembrado nem mesmo quando se fala em “trabalho e medo” (Dejours, 2005, p.63). Entendo que a referência aos profissionais da Segurança Pública deveria ter um lugar privilegiado, já que estes fazem parte de uma categoria exposta constantemente a riscos relacionados a integridade física do indivíduo. A causa material do dano físico pode ser troca de tiros com os opositores à ordem, acidentes automobilísticos provocados por contraventores da lei, acidentes ao manusear arma, confrontos com a população (crimes hediondos, onde a sociedade quer fazer justiça com as próprias mãos), atentados na busca de resgate a presos, rebeliões em Delegacias e em Presídios, etc. Inúmeros outros acontecimentos imprevisíveis podem dar causa a uma ansiedade específica, inteiramente ligada à profissão policial. Nesta atividade o servidor está sempre exposto a uma forte carga de pressão que gera medo e seus efeitos acumulados causam um ferreteado sofrimento. O medo está presente em todas as profissões e na atividade policial com mais evidência. “A rotina cansa e corrói a alma, desalenta e carcome o entusiasmo”³. O policial, como qualquer outro profissional, necessita de um mecanismo de defesa e quando este não é desenvolvido eficientemente, resulta numa desestruturação do profissional comprometendo o seu rendimento profissional, afetivo, e seu relacionamento com as demais pessoas, seja no âmbito familiar e/ou social.

Conforme Dejours (2005, p.78) “o recurso às bebidas alcólicas é uma

² Ferrari, Ana Cláudia. Revista de Psicologia, Psicanálise, Neurociências e Conhecimento – Viver Mente & Cérebro – Ano XIV nº.160 – maio de 2006, p.3.

³ Pastorino, C. Torres. Minutos de Sabedoria. Petrópolis: Vozes, 1991, p. 25

maneira de atenuar a tensão interna, e como último recurso recorre aos psicotrópicos”. Ora, se em qualquer outra profissão as tensões estão sempre presentes, e a necessidade de contê-las é um desafio constante, pois então, com maior necessidade na atividade do policial, que lida diretamente com a agressividade, a violência.

Outro ponto a ser citado são as más condições de trabalho, que geram ansiedade, causando prejuízos físicos e espirituais. Isso é muito comum em toda a instituição policial, desde a falta do grampo para grampeador até o próprio recurso humano e até mesmo este, muitas vezes sem a preparação adequada para exercer a função. Sabe-se que nos últimos anos através dos planos nacionais de segurança pública, muito já foi feito, para garantir formações com melhor qualidade aos profissionais da segurança. No entanto a qualificação ainda não é suficiente para atender às demandas da sociedade. Isto faz com que a segurança privada cresça em proporções muito mais elevadas. Neste aspecto quem perde é a sociedade, pois poucos possuem recursos para usufruir de tal serviço (segurança privada), e a maioria da população fica sem este serviço tão importante para a harmonia social, uma vez que o Estado não consegue cumprir a contento o seu papel, pois é dever do Estado garantir a segurança pública.

Dentro desta mesma perspectiva, pode-se ressaltar ainda a má remuneração dos policiais do nosso Estado, que é uma das piores da região nordeste. Para o policial sobreviver ele executa outras tarefas, os “conhecidos bicos”, para complementar a renda familiar. Ocorre que ele sobrecarrega-se com isso, deixando de dormir por horas seguidas, ficando com seu organismo debilitado e não atendendo normalmente ao seu relógio biológico, e passa muitas vezes a consumir álcool, remédios, ou outras drogas que passam a agir no seu metabolismo causando a dependência.

Dejours (2005, pág.19), diz que:

Não é o aparelho psíquico que aparece como primeira vítima do sistema, mas sobretudo o corpo dócil e disciplinado, entregue, sem obstáculos, à injunção da organização do trabalho, ao engenheiro de produção e à direção hierarquizada do comando. Corpo sem defesa, corpo explorado, corpo fragilizado pela privação de seu protetor natural, que é o aparelho mental. Corpo doente, portanto, ou que corre o risco de tornar-se doente.

É perfeitamente compreensível esta assertiva, pois para que haja um funcionamento psíquico saudável o “corpo e alma”, devem estar em perfeito equilíbrio. Há pessoas que se dedicam demasiadamente ao trabalho, e não tendo lazer, estão propensas a sofrer conseqüências drásticas na sua saúde mental. Outras, pelo contrário, divertem-se em demasia e também são acometidas de distúrbios. Tanto no primeiro caso, como no último há desequilíbrio, causando adoecimento do corpo e da mente.

Para refletir sobre o tema, faço ainda uso do artigo escrito no Caderno de Saúde Pública, onde constam como autores Luiz Carlos Brant e Elizabeth Costa Dias⁴, onde eles relatam que na literatura especializada encontraram um grande número de estudos para compreender a relação entre sofrimento e trabalho, tais como Uchida⁵, que pesquisou a temporalidade e subjetividade e Lopes⁶, que analisou o trabalho, a saúde e a cidadania, em Merlo⁷, que investigou o prazer e sofrimento no trabalho e em Palácios⁸, que estudou o trabalho do caixa bancário. Como anteriormente já citado, até onde foi possível pesquisar, pouco se tem focado sobre sofrimento psíquico do policial, especialmente em nossa Capital, pois os citados autores estudaram outras categorias profissionais, mas olvidaram o profissional da segurança pública. Estive ainda no Laboratório de Estudo da Violência (LEV) da Universidade Federal do Ceará (UFC), procurei monografias, teses sobre o assunto, mas não cheguei a localizar nada. Acredito que exista algum trabalho a esse respeito, ocorre que até agora não o encontrei.

Richard Sennet (2006, p.174) fala na “reengenharia das instituições, em que as pessoas são tratadas como descartáveis. Essas práticas, óbvia e brutalmente reduzem o senso de que contamos como pessoa, de que somos necessários aos outros”. Isso é perfeitamente observado no artigo “Trabalho e sofrimento em gestores de uma empresa pública em reestruturação” feito por Luiz Carlos Brant⁹ e Elizabeth Costa Dias¹⁰, onde o resultado da pesquisa levava a

⁴ Brant, Luiz Carlos.; Dias, Elizabeth Costa. Cad. Saúde Pública: Trabalho e sofrimento em gestores de uma empresa pública em reestruturação. V.20 nº.4 Rio de Janeiro. jul/ago 2004. p.3.

⁵ Uchida S. Temporalidade e subjetividade no trabalho informatizado (Tese de Doutorado). São Paulo: Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo; 1996.

⁶ Merlo A. A informática no Brasil. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 1999.

⁷ Lopes JC. A voz do dono e o dono da voz: trabalho, saúde e cidadania no cotidiano fabril. São Paulo: Editora Hucitec; 2000.

⁸ Palácios, M. Sofrimento psíquico e trabalho (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro; Universidade Federal do Rio de Janeiro; 1999.

⁹ Id., 2004, p. 3

privatização da empresa e pesa sobre a cabeça dos gestores a incerteza da permanência na função. Trazendo esse estudo para a questão do policial, este se sente muitas vezes desprestigiado, desvalorizado, pois é tratado como um objeto descartável. Mesmo aqueles que se dedicam ao trabalho e procuram aperfeiçoar-se a nível intelectual, não têm essa formação levada a sério. Não há incentivo financeiro para aquele que adquire melhor graduação, e por isso muitos colegas perguntam: - “Para que tu ainda estudas? Não vai ganhar nada a mais com isso!” Esse tipo de interrogação é corriqueiro. Claro está que se houvesse um reconhecimento, seja de que maneira fosse certamente muitos pensariam de forma diferente e se reciclariam, pois a reengenharia nas instituições está acontecendo paulatinamente e os lentos, com formação arcaica, como se diz no meio empresarial, ficarão para trás.

RELAÇÃO ENTRE O TRABALHO POLICIAL E SOFRIMENTO PSÍQUICO, UM ESTUDO MAIS ESPECÍFICO

O trabalho em uma montadora de veículos causa um “sofrimento proveniente do pouco conteúdo significativo do trabalho taylorizado” (DEJOURS, 2005 pág.52), e o que dizer do trabalho policial, que nunca vê o resultado do que faz. Não sabe qual o resultado do inquérito instaurado e concluído por ele (quem foi absolvido, quem foi culpado?). Saber que você colocou pelo menos um parafuso em um carro e esse está rodando é gratificante. Agora, você se debruçar sobre uma resma de papel preenchendo-a folha a folha e depois não ter notícia do final da história, é cruel! Isso porque o escrivão não tem tempo e nem condições de procurar saber o desenrolar dos acontecimentos, está sempre assoberbado de serviço.

O policial trabalha com as limitações humanas, sofrendo pressões psíquicas constantemente, seja no momento de uma abordagem (pois nunca sabe com o que vai se deparar), seja na tomada de um depoimento (que é sempre uma caixinha de surpresa). Ele é testado de várias maneiras: na sua dignidade, na sua honestidade, no seu altruísmo, etc. E aquele que se deixa levar pela ganância termina por “sujar” o nome de toda a instituição, ficando maculado para sempre. O

¹⁰ Id., 2004, p. 5

deslize de um médico é esquecido, o erro de um engenheiro é abafado, mas a falha de um policial é imperdoável! Um juiz pode ser corrupto, mas um policial, nunca! Vive uma eterna contradição, entre o certo e o errado, e isso muitas vezes o coloca em um conflito muito grande provocando em seu íntimo uma insegurança que pode resultar em um desvio no seu comportamento. Isto pode contribuir para iniciar um distúrbio psicológico, levando-o ao consumo de drogas, algum tipo de infração administrativa, ou seja, praticar irregularidades no trabalho, prevaricação, corrupção e inclusive a própria depressão, seja, em seu estado mais leve, ou no mais grave.

É exigida do policial uma postura divergente da sua realidade, pois enquanto lhe cobram uma conduta de nível superior para o atendimento à população, a sua remuneração não é condizente com tal nível. Ou seja, o policial não recebe o suficiente para ter uma conduta de alto nível, seja na sua apresentação, com vestimentas de boa qualidade, até sua desenvoltura no trato com pessoas e situações. Este é outro conflito vivido pelo policial.

A inversão dos valores é outro fator que podemos ressaltar como desencadeador de ansiedade, pois nos grupos já estão estabelecidos certos tipos de consenso, entretanto o profissional tenta fugir de várias maneiras daquilo que ele não concorda. No entanto muitas vezes acaba cedendo. Isto implica em mais um tipo de sofrimento que poderá propiciar mais um adoecimento ao profissional da segurança.

Em se tratando de tantos fatores que contribuem para o adoecimento do policial, proponho estudar o assunto com o máximo de profundidade possível, a fim de chegar a indicativos mais concretos sobre suas causas, seu desenvolvimento, e quiçá contribuir para amenizar a situação ou mesmo de uma prevenção. Considero que é uma tarefa árdua, mas muito interessante, a partir do momento em que faço parte da Instituição policial e tal problema muito me afeta, em termos de preocupação com o outro ou até mesmo com pessoas da minha relação pessoal, pois tenho amigos policiais, que são pessoas especiais, as quais desejo sucesso.

SOFRIMENTO PSÍQUICO NÃO POUPA TAMBÉM O POLICIAL MILITAR

A matéria de capa veiculada no Jornal Diário do Nordeste, datado de 03

de março de 2008, intitulada "Distúrbios na Segurança", traz a manchete – 541 Pms em tratamento psicológico estão na ativa. Em letras um pouco menores afirma que 'entre as principais causas dos problemas dos Pms está a dependência química'. Em um quadro ao lado está escrito: 5,5% do efetivo de 12.269 policiais militares estão passando por tratamento psicológico, o que corresponde a 675 homens. Ressalta ainda: 'O grave é que apenas 134 estão licenciados, enquanto o restante continua trabalhando. No ano passado, foram realizados 8.527 pedidos de afastamento por esse motivo. As principais causas da procura são dependência química e utilização de drogas'. A matéria é de Emersonmar Rodrigues (Especial para Polícia)¹¹.

A reportagem esclarece que o tratamento psicológico/psiquiátrico vai desde a psicoterapia de grupo, individual e familiar, até a utilização de medicamentos antidepressivos. Em contrapartida, o repórter narra que o Centro Psicossocial (CPS) conta apenas com um médico e uma psicóloga para atender a todo o efetivo da corporação. Dois profissionais para quase 13 mil Policiais Militares, afirma Emersonmar.

Outro ponto questionado são as instalações físicas (inadequadas e insalubres). Recortando palavras da psicóloga Débora Tonet (Chefe do Centro Psicossocial – CPS da Polícia Militar a aproximadamente 11 anos):

O atendimento é feito em um corredor do Hospital da Polícia Militar (estrito, com ventilação e iluminação insuficientes), sendo que os atendimentos psicológicos são realizados em duas minúsculas salas no ambulatório geral, cedidas pela diretoria do HPM desde julho de 1997. Não dispomos sequer de computador e linha telefônica, ou seja, fatores que contrariam frontalmente a abordagem terapêutica de acolhimento e confidencialidade das informações.

Ainda com subsídios da reportagem de Emersonmar, o coronel PM Marcus Antônio Costa Carneiro, chefe da Diretoria Médica da PM, ressalta a importância do CPS no tratamento desses policiais e afirma que "60% dos que estão em tratamento são recuperados e voltam para a atividade funcional".

Conforme relata a reportagem são enviados ofícios ao Detran e à Polícia Federal informando os policiais que se encontram em atendimento psicológico estão proibidos de usar arma, assim como conduzir veículos.

Baseada ainda, na reportagem do Diário do Nordeste o subtenente e

¹¹ Rodrigues, Emersonmar. Distúrbios na Segurança. **Diário do Nordeste**. Ceará, 03 mar. 2008. Polícia. Caderno 1, p. 14.

presidente da Associação dos Praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Ceará (Aspramece), P. Queiroz, afirma que há cerca de dois anos vêm alertando para essa situação, ou seja, “o descaso do Estado para com a saúde os policiais militares cearenses”.

- Fatores apontados como causa do desgaste da saúde mental dos militares

Carga horária desumana, os riscos da profissão, os baixos salários, a escala de trabalho que não agrada, os maus tratos por parte dos superiores em relação aos subordinados.

Transcrevendo da entrevista palavras do subtenente P. Queiroz:

O médico recomenda que ele seja afastado do serviço. Ele chega na Junta Médica da Corporação e a mesma coloca aquele atestado como suspeito. Reduz a licença dele, a ponto dele ficar de 15 em 15 dias tendo que voltar lá. Sem falar que o ambiente para recepção de policiais na Junta Médica é inadequado, desagradável. Ao invés dele ser encaminhado para uma clínica de repouso ou para um outro ambiente para que ele pudesse se restaurar. Com isso, ele fica nessa situação.

Repetindo o que Tonet disse ao Diário do Nordeste:

A SSPDS está criando um núcleo que vai interligar o tratamento nas duas polícias (militar e civil) e Corpo de Bombeiros. Nós vamos receber medicamentos da SSPDS para desintoxicar os militares que estejam em dependência química. Do Núcleo de Saúde da SSPDS vamos receber melhores condições de trabalho”.

Essa reportagem veio em momento propício para reforçar a pesquisa, servindo de complemento ao estudo em epígrafe.

LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DO EFETIVO POLICIAL NUMA DELEGACIA ESPECIALIZADA DA CAPITAL NO ANO DE 1988 E 2008

Através do acesso a um Boletim de Freqüência de novembro de 1988 em uma delegacia especializada de Fortaleza, pude comprovar a existência de dois

delegados, quatro Comissários, sete Investigadores, um Agente de Polícia, nove Escrivães, um Perito, dois Motoristas, um Ajudante de Reboque e um Auxiliar de Serviço. A delegacia contava, portanto, com 28 servidores.

Hoje, vinte anos depois, a mesma delegacia conta com dois delegados, sete Inspetores, três escrivães e um Auxiliar de Serviço.

Considerando que Comissário, Investigador e Agente, tornaram-se Inspetores (agora a diferenciação é pela classe – I, II, III e IV), então eram 12 servidores policiais de rua (de operação). Resumiu-se então a sete Inspetores. Houve uma perda clara de 1/3 dos policiais de operação. Quanto aos escrivães, que contavam com nove em 1988, cerca de 20 anos depois, reduziu-se a três, e nesse caso a perda foi bem mais significativa, 2/3. Com Perito a delegacia não conta mais, esses ficam no Instituto de Criminalística e quando são necessários são convocados, ou envia-se ao citado instituto o objeto da perícia. Motoristas não mais existem, os Inspetores é que assumiram essa atividade, inclusive foi exigido dos policiais que todos tivessem carteira de motorista. Quanto ao Ajudante de Reboque, que antes pertencia a uma delegacia, é um cargo que hoje na capital inteira reduz-se a dois reboques, que não estão agregados nessa especializada. Agora o que causa-nos surpresa é a permanência de dois delegados. E aqui surge um questionamento: a população aumentou, a violência por sua vez tomou proporções inexplicáveis, no entanto o contingente policial foi reduzido em 1/3, no caso dos policiais de rua, e 2/3 no caso de escrivães, que têm uma responsabilidade imensa perante a Justiça, no entanto a quantidade de delegados e Auxiliares de Serviço permaneceu a mesma. O que, então, justifica tal procedimento, diante do caos que se encontra a nossa sociedade no que diz respeito ao crescimento da violência?

Observa-se diante dos fatos que à medida que o tempo passa a desestruturação aumenta, visto que o Estado deveria proporcionar condições de concursos planejados (com datas previsíveis), e confiáveis. Garantindo assim a reposição de servidores, pois na classe policial as mortes são mais freqüentes do que em outras profissões, e as aposentadorias quando ocorrem são em massa. Trabalho com uma escrivã que me relatou que a turma de 1980 é bastante numerosa e que irão aposentar-se em setembro vindouro, quando completarão 30 anos de serviço. Será uma avalanche de aposentadorias. Os sinais do descaso do Estado estão explícitos em todos os momentos. Na primeira vertente o Estado não se preocupa com a defasagem do contingente policial, ocasionada por morte,

afastamento por licença médica e aposentadoria. Na segunda vertente não há planejamento para atender essas ocorrências, nem prognósticos por meio de estudos para enfrentar o futuro, como concursos quinquenais, que desafogariam os servidores.

Atentando para os dados acima coletados percebemos que os servidores que permaneceram assumiram as atribuições daqueles que se afastaram, ou seja, sobrecarregaram-se com o trabalho o que pode muito bem ser a causa do adoecimento.

MEDIDAS DO AMBIENTE FÍSICO

Na introdução deste trabalho foi enfatizada a questão da insatisfação do servidor, levando em conta o ambiente físico. Dejours (2005, pág.53) atrela “a relação saúde-trabalho ao conteúdo ergonômico”. Barulho (excessivo quando ocorre um flagrante, uso de máquinas de escrever, impressoras matriciais, há bem pouco tempo), iluminação ou falta dela, poeiras (móveis e computadores sujos), temperatura (falta de um condicionador de ar), umidade (infiltração na parede), cadência (alarmes de veículos defeituosos), risco de vida (dentro da própria delegacia com tiros acidentais).

Na fotografia a seguir apresentada vislumbramos ao lado da televisão um modulador de rádio, sob a mesa um descanso para por os pés em madeira. No canto da sala, dois garrafões para água, uma cadeira com uma toalha manchada estendida. Esta é uma sala que está situada na entrada da delegacia onde fica o policial 'permanente', como se fosse um recepcionista (ele passa 24h e folga 48h). É chamada de permanência. (Fig. 1)



FIGURA 1 – Sala da Permanência
Fonte: Maria Helena Coelho Peixoto, 2008

Nesta fotografia é possível observar a Sala do Permanente por outro ângulo. Agora vemos a tolha mais claramente sobre a cadeira, um colchão muito sujo (contaminado por ácaros), um armário bastante velho e um bebedouro (geláguas). Não há condições de ver a poeira que se encontra neste ambiente, mas é fato verdadeiro. Está comprovado o antagonismo entre os objetos expostos no ambiente de trabalho, principalmente porque é uma sala de visita. Nos horários entre 12h e 14h, é muito provável que seja visto um indivíduo deitado neste colchão fazendo sua sesta. (Fig.2)



FIGURA 2 – Permanência vista por outro ângulo
Fonte: Maria Helena Coelho Peixoto, 2008

Mais uma fotografia foi feita da Sala do permanente, focando o lado direito de entrada, onde se encontra um armário para guardar utensílios pessoais dos permanentes, e que está enferrujado e amassado. Ao seu lado, uma cadeira de compensado danificada e a parte de ferro também enferrujada (tem pelo menos 20 anos). Na mesinha do lado oposto está um monitor de câmera de segurança, por trás um bastonete de madeira e mais adiante o rádio modulador. Ambiente por demais desleigante e desconfortável. (Fig.3).



FIGURA 3 – Lateral direita da Sala da Permanência
Fonte: Maria Helena Coelho Peixoto, 2008

Fotografia da cozinha da delegacia, situada ao lado da Permanência. Denota-se o descaso com a higiene quando vemos o balde de lixo virado e o lixo derramado. (Fig.4).



FIGURA 4 – Cozinha da delegacia
Fonte: Maria Helena Coelho Peixoto, 2008

Fotografia focalizando vassouras, pá, pano de chão, um outro garrafão para água, a geladeira com sinais de ferrugem. Esses apetrechos não estão dispostos onde deveriam, até porque, como já foi dito, a localização da cozinha é ao lado da Permanência. Ou seja, praticamente no centro da delegacia. (Fig.5).



Figura 5 – Cozinha sob outro ângulo
Fonte: Maria Helena Coelho Peixoto

Visão frontal da cozinha, mostrando os poucos cuidados dedicados à mesma. O fogão apresenta-se sujo e a geladeira também. Não é diferente com a garrafa de café e os utensílios para fazer tal bebida.



FIGURA 6 – Outra visão da cozinha
Fonte: Maria Helena Coelho Peixoto, 2008

Sala de Atendimento ao Público para registro de Boletins de Ocorrência. Mostra a janela com papel para diminuir a claridade excessiva, cortinas rasgadas, uma impressora com defeito sobre um armário (Fig. 7).



FIGURA 7 – Sala de Atendimento ao Público
Fonte: Maria Helena Coelho Peixoto, 2008

Esta foi a cortina criada com o intuito de 'clarear' o ambiente de trabalho que se encontrava bastante mórbido. Um dos entrevistados usou a palavra 'obsuro' para referir-se a este local. Atualmente a cortina está rasgando e voltando a mesma situação anterior.



FIGURA 8 – Sala de Atendimento ao Público
Fonte: Maria Helena Coelho Peixoto, 2008

Na mesma Sala de Atendimento ao Público vê-se uma parede com infiltrações, um condicionador de ar menor que o orifício, sendo colocado pedaços de esponjas, não prezando pela estética. Vale salientar que o outro aparelho que se encontrava neste local estava completamente danificado. Este pertence ao acervo da Companhia Energética do Ceará. Foram doados vários desses aparelhos para reduzir o consumo de energia pela companhia de eletricidade.



FIGURA 9 – SALA DE ATENTIMENTO AO PÚBLICO
Fonte: Maria Helena Coelho Peixoto, 2008

Este móvel ainda é utilizado na Sala de Atendimento ao público. É um móvel de aço, muito bom, resistente, mas poderia estar recuperado, ou seja, lixado e pintado.



FIGURA 10 – Sala de Atendimento ao Público
Fonte: Maria Helena Coelho Peixoto, 2008

O banheiro é o local mais sujo da delegacia, nunca tem papel, e quando tem é deixado no chão. A pia é muito encardida, pouco convidativa ao contato manual.



FIGURA 11 – Banheiro
Fonte: Maria Helena Coelho Peixoto, 2008

Esta é a porta do banheiro, completamente estragada.



FIGURA 11 – Banheiro
Fonte: Maria Helena Coelho Peixoto, 2008

Este é um armário que acidentalmente recebeu um disparo de uma arma de fogo, revólver/pistola. O colega de trabalho ao pegar na arma detonou-a casualmente, donde se conclui que poderia alguém ter sido a vítima de tal evento. Esse tipo de acidente é corriqueiro numa delegacia.



FIGURA 12 – Armário do Cartório
Fonte: Maria Helena Coelho Peixoto, 2008

CAPÍTULO III - TRABALHO DE CAMPO: ENTREVISTAS

PERFIL DE CADA ENTREVISTADO

Iniciarei fazendo a descrição dos dois servidores entrevistados no DAMPS. Eles fazem parte da pesquisa, mas não da estatística quantitativa que foi calculada a partir da relação adquirida no DRH dos afastamentos por licença de saúde. Estes estão prestando serviço ao DAMPS, afastados apenas das atividades policiais, inclusive sendo subtraída sua arma, como medida preventiva.

- Entrevistado

José. Escrivão. Está com idade de 44 anos, seis anos e meio dedicados ao serviço policial. Afirma não ter religião, mas diz identificar-se com o Espiritismo. Tem um relacionamento de 22 anos, com quatro filhos. Tem curso superior em Pedagogia.

A problemática dele com o álcool não é recente, vem desde a adolescência, quando ele deixava o dinheiro do lanche para ‘tomar uma para abrir o apetite antes do almoço’. Conta um fato pitoresco sobre sua infância, que o avô tinha um tonel muito grande (era fabricante de cachaça), os tios todos reunidos ao redor, ele pequeno, com cerca de um ano de idade, a torneira do alambique pingando e ele com o dedo levava a cachaça à boca. O avô teria dito: ‘Esse menino vai dar do bom quando crescer’. Tal afirmativa denota a valorização que o avô dava ao homem que bebia. Fala de outro momento quando tinha 13/14 anos, e procurando algo para beber juntou as sobras de cada garrafa de cerveja de uma caixa guardada em um armário, há aproximadamente duas semanas, e de repente depara-se com uma barata. Fala que sempre teve um fascínio por bebida. E ela o levava a agressividade porque, para dizer que era valentão batia nas árvores e chegava ferido em casa para mostrar aos outros que brigava e era forte. Traz também da infância a lembrança de que um tio deu-lhe de presente uma garrucha (pistola de carregar pela boca), a pedido do próprio entrevistado. Na época ele tinha

cinco anos. Diz que sempre gostou de armas. Este é o elo que o liga ao trabalho policial.

Informa que houve época em que teve a ilusória impressão de ter conseguido o controle sobre o vício. Jamais pensou que o mesmo fosse afetar tanto sua vida. Diz que na sua vida nunca faltou trabalho, já teve profissões variadas (comércio de vender banana, chapa de raio X, bancário, gerente de loja, corretor de imóveis, motorista, etc.) e que gosta de ganhar dinheiro. Que se nesse país poeta ganhasse dinheiro ele seria um.

Relata que ingressou na polícia por acaso, uma tia o incentivou a fazer o concurso. Enfrentou e passou, sem estudar na primeira fase. Resolveu se dedicar, passando nas demais fases, na esperança de trabalhar na rua. Que detesta o trabalho de escrivão, 'ficar somente no cartório é a morte', diz. Considera o escrivão um boneco, um robô, pois "este é sugado por todo mundo". Gosta mesmo é de trabalho que envolva ação, dinâmica, investigação. Ao ser perguntado sobre a questão da avaliação da vida pregressa do candidato, ele ressaltou que se isso fosse feito com rigidez ele não teria entrado na polícia, pois é 'brigão', inclusive todos os donos de bar do bairro já pediram para ele não mais beber naqueles recintos.

Disse que tem apenas "seis anos de 'casa' e o agravamento dessa doença se deu após dois anos de plantões. As causas vão, além da compulsão em si, passando pela necessidade de ganhar um pouco mais, o que trouxe uma sobrecarga de trabalho (quase todos os dias tirava plantões extras pagos), passando noites inteira acordado. Ao chegar a casa, diz que ficava 'aceso' sem conseguir pegar no sono e diminuir o ritmo mental, após 24h de serviço de muita tensão. A propósito diz: "O 'filme' do plantão repassava a cada instante em minha cabeça. Como não tinha o costume de tomar soníferos, o meu 'remédio' foi o álcool. Isto se cristalizou como um hábito, eu já passara a beber diariamente, saindo ou não do plantão".

Houve um instante em que ele falou sobre vaidade. Que após vários momentos de reflexão chegou à conclusão que a vaidade teria sido a causa dele brigar a vida inteira, e ao ingressar na polícia esse pecado teria aumentado. A partir daí agregou a questão de querer demonstrar que tinha dinheiro, isso o obrigou a fazer empréstimos, pois começara a relacionar-se somente com mulheres mais jovens, de 24 a 25 anos. Ou seja, mais novas que ele cerca de, 15 a 20 anos.

Mesmo sendo casado, fazia esse tipo de coisa. Acha que o poder, o 'status' mais elevado (principalmente para algumas mulheres – que procuram segurança), a autoridade policial (muitos chamam de 'doutor') faz a pessoa sentir-se mais poderoso. Após o seu recrutamento acha que as pessoas começaram a tratá-lo de outra maneira.

Considera que pela peculiaridade, o tipo de atividade que desempenha é muito desgastante, sendo causador de inúmeros malefícios a saúde física e psíquica do servidor, o mesmo não acontecendo em outras áreas de atuação do Estado. José acha que:

Deveria existir um permanente trabalho preventivo de sondagem e acompanhamento daqueles que lidam diretamente com o combate ao crime, e apresentam sinais de perturbação psíquica e/ou dependência química, para que o Estado não tivesse que intervir tardiamente, tentando reverter um quadro bem mais grave e prejudicial à sociedade, a instituição, ao indivíduo (doente), bem como a família deste.

José mostrou-se uma pessoa verdadeira, em nenhum momento procurou fugir dos questionamentos.

Pedro. Inspetor. Tem 34 anos e 14 de serviço policial. Não tem religião. É solteiro. Tem curso superior completo em Direito. Atualmente tem somente o pai. Perdeu a mãe quando tinha 16 anos. Os irmãos não moram aqui (um homem e duas mulheres). Ele é o mais novo. Vive, portanto, sozinho.

Indagado sobre a questão de ter ingressado na polícia tão jovem (19 anos), e sobre o pensamento do pai, afirmou que o pai teria dado apenas suporte financeiro. Mostrou entender suas limitações. A respeito do direcionamento de sua vida não teve essa participação paterna. Ressente-se disso por um lado, quando pensa que todos nós queremos alguém para responsabilizar quando erramos. Por outro, considera que se tornou mais forte, teve alguns ganhos que talvez não tivesse tido “se tivesse a facilidade de ter tido um direcionamento”. Acha que se tornou aquilo que ele pode fazer de si, disso não se ressentiu.

Já teve alguns relacionamentos, mas atualmente está sozinho, pois a última companheira que teve exigia uma relação com filhos e como ele não queria reproduzir o mesmo tipo de relações que já teve, terminou. Entende que precisa amadurecer mais e agir de uma forma melhor.

Repete sempre que as pessoas estão muito preocupadas consigo próprias – “as pessoas estão procurando a proteção de suas células e eu não tenho a minha segura”.

Seu ingresso na polícia deu-se por acaso. Um colega de sala de aula comentou que estariam abertas as inscrições para o concurso da polícia civil, inscreveu-se e passou sem mais pretensões. Critica o ‘jejum’ de concurso público na época, e faz comentários sobre o passado quando os governadores nomeavam milhares de pessoas por decreto, sem concurso, semi-analfabetos.

Relaciona a falta de boa vontade ou orientação a sua designação para o sertão central do Ceará – Senador Pompeu, que dista de Fortaleza cerca de 300 km da capital, um jovem de 19 anos, universitário – já cursava Direito. Faltou no mínimo bom senso, segundo ele. Diz ainda que, não estava preparado para aquela ‘brutalidade’, foi um choque, comenta. Lembra o mal estado das instalações e que faltava polícia científica. “A população sempre com muitas demandas, e a gente sem ter recursos”, nas palavras do entrevistado. Ressalta que boa parte do efetivo que lá se encontrava não tinha preocupação com nada, ou seja, não tinha compromisso. Pedro fala que sentia como se estivesse convivendo com ‘cavalos’, mas tentava não se envolver muito com as questões, não ver muito e não falar muito. Para ele, se ser policial era tudo aquilo, então ele não vestiu a camisa de policial civil, não se tornou o perfil de ‘cana’. Acha que fora tirados dele os melhores anos de sua vida, quando poderia ter tido uma vida social mais rica, uma vida familiar mais participativa, namoradinhas na faculdade, entrementes os finais de semana ficava trabalhando no interior. Fez uma citação um tanto interessante: “ao invés de eu estar no sul da França, estava no sertão central, naquelas condições. Foi uma coisa assim que eu alucinei, senti que aquilo não fosse comigo. Não é minha vida que eu estou vivendo”.

Interrogado sobre o que o levou ao DAMPS, contou que no ano 2000 fez uma denúncia contra dois policiais, dois meses depois estava preso em flagrante delito por utilizar ‘placa fria’ na viatura. Não tinha conhecimento que aquele tipo de delito naquela época fosse apenado, pois quando ingressou na polícia era comum aquele tipo de comportamento, principalmente nas delegacias mais violentas, para omitirem suas identidades. Considera que foi boicotado, uma vez que os dois policiais denunciados hoje se encontram promovidos, enquanto ele responde a processo criminal. É o que na polícia chama-se de ‘cruzeta’. Daí por diante tornou-se

impossível trabalhar para a polícia, uma vez que além da impunidade ele ainda se encontra como réu. Abandonou o trabalho. Quando as faltas já se acumulavam procurou o DAMPS, hoje trabalha no departamento interno. Não deseja retornar ao trabalho de rua, diz preferir a paz e tranquilidade que encontra ali, ao estresse, riscos que tinha no passado, sem um *'feed-back'* que tivesse valido a pena.

Como ponto positivo ressalta que pode desenvolver coisas que já havia dentro da personalidade dele, com a força, a capacidade de lidar com crises. Põe em evidência um estado de grande estresse vivido por colegas que não tem preparo que, segundo ele, têm a alma doente. Pensa que ele tem potencial e as coisas poderiam ter sido aproveitadas de outra forma, mas isso não é responsabilidade dele, portanto, não quer mais criar problemas para si próprio. Não quer também, hoje em dia, fazer nenhum tipo de doação. Até esta entrevista, para ele é uma coisa que não acredita em frutos, mas concordou em partilhar.

Ana. Inspetora. Tem 50 anos e 27 de serviço policial. Professa a religião Católica. É viúva. Tem curso superior completo em Pedagogia. Atualmente vive com um casal de filhos. O pai, policial, a incentivou a prestar o concurso para a polícia civil. Um outro atrativo fora a estabilidade oferecida pelo serviço público.

Ingressou na polícia em 1980. Identificou-se com a profissão, uma vez que seu pai a criara com muita disciplina. Admirava muito o comportamento do pai.

Com um ano de trabalho participou de um grupo feminino Companhia Feminina da Polícia (COFEPOL), onde somente o motorista era homem. Esse grupo trabalhava no centro da cidade com o intuito de coibir furtos em lojas, nos cinemas. Fazia *'blitz'* noturna. Gostava muito desse tipo de operação, preferia ser linha de frente, diferentemente das tarefas burocráticas. Usava arma, algemas. Nunca teve medo grande, receava. Achava prazeroso o que fazia.

Entende que um policial não deve prestar serviço por muito tempo em uma mesma delegacia, principalmente em bairro, pois a pessoa fica muito conhecida, e isso acaba prejudicando as investigações. Diante desse fato, porque não estava mais gostando do ambiente de trabalho, requereu a sua transferência para outro local. Porém, muitos empecilhos foram colocados, entre eles, a existência de uma permuta. Finalmente saiu a portaria, que deveria ser endereçada para um local, mas foi para outro. Por fim, foi obrigada a procurar pessoas influentes para não ficar naquela delegacia. A partir desse momento começou a apresentar

sintomas de depressão, e, segundo afirma, “foi perdendo o amor pelo serviço”.

Declara que existe uma grande diferença entre o policial de antigamente com o policial que está entrando hoje. Quando entrou na polícia havia disciplina, hierarquia. Aqueles policiais que eram superiores hierarquicamente passavam o serviço informando que o policial tinha que ser duro, sem ser arrogante. Determinavam o horário de chegada ao plantão e a ordem era obedecida copiosamente. Hoje, os policiais não são pontuais com o horário, chegam atrasados, não dão satisfação, saem na viatura e desligam o rádio, são capazes de fechar a delegacia deixando-a sozinha. Afirma que o pessoal que está entrando é ‘muito cheio de direito’. “São indisciplinados, não tem respeito, acham que sabem de tudo, porque são formados, não valorizam a experiência dos que já estão lá”, são as palavras de Ana. Alega que na frente do delegado os policiais faziam uma coisa, quando ele ‘virava as costas’, faziam outra.

Recebia uma gratificação para ser a inspetora chefe, e somente por isso, segundo ela, os demais colegas não queriam fazer nada, dizendo que ‘ela era a chefe’. Ressalta que não poderia realizar todas aquelas tarefas sem ajuda. Ouvir duzentas pessoas, pegar material para reforma da delegacia, pegar material de limpeza, entregar notificações, etc. E quando levava o problema para o delegado esse dizia apenas, que ela era a chefe, que chamasse ‘o povo’ para ajudar. Aquilo tudo lhe causava muita chateação, até porque, diz, não era por falta de pessoal, mas sim por falta de boa vontade. Ana começou a sentir-se revoltada com o delegado por este ‘não ter pulso’ com os colegas que faziam alguma coisa quando estavam na frente do delegado, mas logo que este saía, eles paravam. Ela era cobrada pelo delegado, e tornava-se indesejada pelos colegas porque tinha que exigir o cumprimento das tarefas, desde saber onde se encontrava a viatura, até distribuir notificações. Acha que permaneceu nessa atividade por causa da gratificação, “se tivesse ‘aberto mão’ desse dinheiro talvez não tivesse passado pelo que passou, pois seus colegas estão todos bem, mas ela foi querer ‘fazer tudo certinho’ e encontra-se doente”.

Até que chegou um dia, diz que por uma mera brincadeira começou a chorar, e não parou mais, foi parar em um hospital. E daí por diante ficou afastada do trabalho. Voltou a trabalhar posteriormente e os sintomas voltaram: dor de cabeça, calafrios, cansaço, irritabilidade, etc.

Ana desgastou-se muito, no expediente, plantão. E com a situação que

está agora não sente vontade de voltar ao trabalho. Falta material (papel, grampo, fita para a impressora, etc.), falta reconhecimento, falta um vale refeição, não há dedicação dos que estão ingressando, não há apoio do Estado, etc.

A Justiça, para ela, também deixa a desejar. As testemunhas reclamam que a polícia tinha garantido que o 'marginal' ficaria preso, no entanto "ele está solto, passando na porta lá de casa todos os dias". O que realmente dificulta que as pessoas queiram ajudar no deslinde de um crime, dando suporte à feitura de um inquérito policial. Elas temem por suas vidas e de seus familiares.

A entrevistada também ressalta que o governo não reconhece o trabalho policial, pois se assim o fizesse melhoraria a situação financeira desse servidor que lida com vidas, e que a sua sempre está em jogo. Queixa-se ainda dos superiores que não ajudam, não valorizam os que trabalham, preferindo os que não trabalham.

Joana. Inspetora. Tem 45 anos e 20 de serviço policial. É casada com um policial. Tem curso superior completo em Direito. Tem um casal de filhos. Professa a religião Católica. Filha de pai policial, e por admirá-lo, fez o concurso para a polícia civil. Gostava de estar nas viaturas.

Fez o Curso de Direito porque tinha a expectativa de chegar a delegada, mas não gostava do curso. O curso que realmente lhe interessava era Psicologia, e ainda tem intenção de fazê-lo. Concluiu o Curso de Direito em 1994.

Foi designada para trabalhar na Delegacia da Mulher, posteriormente foi para o antigo Departamento de Operações Policiais de Segurança - DOPS, onde se tornou responsável pelo departamento de armas. Não sentia nenhum receio por manuseá-las. Alguns policiais chegaram a dispará-las acidentalmente. Passou 12 anos nesse departamento, em seguida foi para o 4º. Distrito Policial - DP, onde permaneceu por quatro anos. Por fim foi para a Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos (DRFVC).

Relata que tem mágoas de colegas geradas pelo serviço. Isso se deu porque se considera muito perfeccionista. Ficava com duas seções, pois, como diz, aprendia o serviço facilmente. Sua carga horária era de 40h semanais, ou seja, 8h diárias, mas muitas vezes trabalhava 10h.

A depressão é uma doença presente em sua família. Já tem duas irmãs que se aposentaram por este problema. Seu marido também está acometido dessa enfermidade. O psiquiatra diagnosticou como transtorno bipolar. Acredita, inclusive,

que o seu adoecimento está ligado a questão de cuidar de um depressivo, pois como Joana era uma pessoa bastante ativa, todos diziam que essa doença não conseguiria atingi-la, mas o convívio com uma pessoa muito doente é um dos fatores determinantes para adquirir a depressão, é o que afirma o Dr. Cyro Masci¹².

Confessa que atualmente não esta gostando nem dela mesma, o que dirá do serviço. Observou que a letra mudou, ficou trêmula. Executa aquele trabalho para não ver as colegas tristes. Quer deixar tudo organizado para quando as colegas chegarem não se aborrecerem. Sente-se culpada se não conseguir realizar aquela tarefa. Inclusive culpava-se por deixar os escrivães desamparados (quando tirou licença), sem o seu serviço. Substituindo o termo escrivães, ela disse “os meninos”. Começou a rejeitar o delegado, fazia tudo para não encontrá-lo. Não suporta trabalhar com computador, pois detesta o ‘mouse’. Não assiste à televisão.

Os sintomas foram observados pelos familiares quando ela não se animava mais para ficar entre a mãe, os irmãos e parentes mais próximos. Entre os sintomas físicos pode citar: dor de cabeça, dor de barriga, mãos suadas e trêmulas, enjoada, dores nas pernas, nas costas, etc. Desânimo total, passando 15 dias sem varrer a casa, sem apanhar uma calcinha. Não gostava das roupas que possuía no guarda roupa, não queria ver ninguém.

Os filhos quase saíram reprovados no colégio pela falta de acompanhamento. Devido ao adoecimento do marido, que segundo ela assumiu ares de rico, endividou-se e agora sofre, fica angustiada por não poder comprar um sorvete para as crianças.

Tem melhorado depois que está tomando os medicamentos. O médico afirmou que ela vai ficar boa, e ela tem fé que sim. Quer ficar boa e voltar a trabalhar, não deseja se aposentar por invalidez.

Maria. Inspetora. Tem 47 anos e 23 de serviço policial. É solteira. Tem curso superior completo em Direito e Enfermagem. Professa a religião Católica. Não acha que tenha a mínima vocação para a carreira policial.

O ingresso se deu da seguinte forma: a mãe queria que ela trabalhasse, surgiu o concurso, então ela (mãe) fez sua inscrição. Passou em todos os exames, mesmo sem se esforçar. Repete que não foi escolha própria assumir a atividade

¹² Id., 2000, p. 2

policial. Na época o seu interesse estava voltado para a faculdade de Enfermagem que cursava e a expectativa de entrar no convento. Mantém a dúvida se estaria feliz caso tivesse escolhido o convento. Logo que assumiu o trabalho gostou, isso aconteceu na Delegacia de Capturas, apesar do delegado tê-la recebido com a frase: -“outra mulher!”. Com o passar do tempo foi vendo várias coisas que não gostava e foi criando antipatia pela profissão.

Trabalhava com presos. Cerca de 25/30 presos, inclusive da justiça. Protegia muito os presos, conversava com eles, ajudava-os. Quando se tratava de presos colegas de trabalho, deixava-os sair para lancha, mesmo sendo depois repreendida pelo delegado. Considerava os presos (policiais), mesmo tendo cometido crimes, pessoas que não eram más. Ao final de cada plantão tinha que conferir tudo, quantidade de presos, bens (relógio, dinheiro, etc.). Os colegas não gostavam de mulher na permanência. Passou quatro anos nesse regime de trabalho, pois fazia faculdade e era o mais adequado para estudar. Trabalhava 24h e folgava 48h. Às vezes saía da delegacia diretamente para a faculdade, isso quando o delegado não a colocava em plantões extras. Por conta disso chegou a perder disciplinas. A permanência funcionava com duas pessoas, mas muitas vezes o colega dizia que ia a casa para jantar e não mais voltava, chegando no dia seguinte alegando que dissera sua esposa que iria descansar um pouco, e ela com ‘pena’ de acordá-lo não o chamava, e assim ela ficava só a noite inteira tomando conta de aproximadamente 30 presos. Correndo risco de uma fuga. Confiava apenas nos policiais da delegacia vizinha DRFVC. Esse tipo de ‘irresponsabilidade’ de seu colega, diz, causava-lhe estresse.

Tinha muitas crises, sentia-se reprimida, tinha medo. Não de ficar só com os presos, mas de repreensão, de falhar, de errar, da autoridade hierarquicamente superior. Evitava entrar na sala do delegado, desviava caminho para não cumprimentá-lo. Sempre teve restrição quanto a se comunicar com o superior, não fazia solicitações, só em casos extremos. Nunca gostou de delegacia, gostava sim dos colegas com quem convivia.

Passou quatro anos na Delegacia de Capturas (DECAP), em seguida foi para a Superintendência da Polícia Civil, lá passou três meses e foi transferida para a Delegacia de Roubos e Furtos de Veículo e Cargas (DRFVC), a contra gosto, pois não era do seu agrado trabalhar próximo a delegacia de Capturas (de onde tinha saído a bem pouco tempo), que fica ao lado da DRFVC. Achava que iria trabalhar

praticamente no mesmo lugar, não simpatizava, mas ficou de agosto de 1989 até março de 2006, praticamente 17 anos, quando foi deslocada para o DRH. Acredita que ficou tanto tempo assim em um local indesejado porque favoreciam aos seus interesses, inicialmente porque ingressou na faculdade de Direito, e o horário era facilitado, pois quando começou trabalhava só um expediente, depois ficou no horário corrido de 6h. Outro fator de vital importância é que não mantinha contato com o público em razão de trabalhar reservadamente em uma sala para informática (nesse tempo a informática era um setor bastante reservado). Ressalta que não gosta de contato com o público, não tolera barulho, pessoas com raiva, agitadas, isso emocionalmente a perturba. A movimentação da delegacia não chegava até ela, que executava um trabalho interno.

Acredita que o seu adoecimento teve início em 1990. Chorava muito sem motivo plausível. Procurou uma psicóloga que prescreveu algum remédio. Fez uso de uma licença especial em 1992, dado que era o último semestre da faculdade. A licença seria para tratamento de saúde, mas como não era esclarecida sobre tal assunto, e como tinha receio de sofrer alguma represália perante seus superiores optou pela licença especial concedida aos servidores públicos com prêmio pela dedicação ao trabalho, vez que a pessoa só poderia usufruí-la se preenchesse os requisitos necessários de um bom comportamento.

Ocorre que a partir da década de 1990 as repartições deixaram de ser aqueles espaços fechados, dando transparência de suas atividades, e isso também soou como uma ameaça para Maria que gosta de locais fechados, sem contato com o público. Essa existência de espaços mais abertos foi deixando-a muito angustiada. Anteriormente o seu contato com os presos não trazia sofrimento, pois estes pediam alguma coisa 'sem ser exigindo', 'calmo', enquanto que "as outras pessoas (público que sofreu violência), chega gritando, exigindo, estressado", e isso faz com que ela sinta raiva, ansiedade, medo, tristeza. Raiva porque não acha que seja ela a culpada do que está acontecendo, ansiedade porque sente receio de não corresponder às expectativas e ser criticada, medo de 'levar um carão', uma represália, e tristeza por sentir-se incapaz. Quando mudou de setor, para um ambiente mais aberto, foi se sentindo angustiada. Entrava no banheiro, chorava, chorava e depois enxugava os olhos e saía como se nada tivesse acontecido.

A perda de um sobrinho que morava na casa de seus pais (em 2002), e que amava como a um filho veio piorar o seu quadro depressivo. Relata que na sua

família muitos sofrem com essa doença, sua mãe, sua irmã. E uma tia já tentou o suicídio.

Em decorrência da morte desse sobrinho começou a vir à tona a reflexão sobre toda sua vida. Pontuando o que teria feito de positivo e não encontrou nada. Não se realizou em nenhuma das faculdades que fez, não era realizada com o trabalho, não era o que ela queria, não era uma 'coisa' que lhe agradasse. Começaram as decepções com alguns colegas, pensava em ser lotada em outro local, contanto que saísse da polícia.

Foi procurar um psiquiatra, que inicialmente passava uma medicação com a qual ela 'não se dava'. Mudou para outro, mas com esse tomou uma alta dosagem de remédio (o que deveria tomar em duas semanas tomou em um só dia) e ele (psiquiatra) teria dito que não mais atenderia ela caso não comparecesse algum familiar, pois não iria estragar a carreira dele com uma pessoa que poderia até morrer tomando aquela quantidade de remédios. Novamente mudou para outro especialista. Esse último (2003), diz que ela está tendo uma recaída, pois está ansiosa, tem medo de tudo, tem a sensação que alguém está perseguindo-a, vê coisas. Acredita que isso acontece quando sem autorização médica suspende a medicação, isso por achar que se encontra melhor. E quando isso ocorre, entra em crise, sente como se estivesse numa Unidade de Tratamento Intensivo (UTI), suspensa. A língua fica enrolada, não vê as coisas direito, sente-se tonta, como se tudo estivesse no ar, sente como se a cabeça estivesse vazia, não sente o tempo passar, esquece tudo, fica sem tomar banho, sem lavar as roupas, nervosa. Não consegue entrar em uma farmácia para comprar um remédio, sente um bloqueio. Fala com a mãe como se fosse somente um espírito.

O psiquiatra que a acompanha há aproximadamente cinco anos diz que o problema de depressão há bastante a acompanha, desde a sua adolescência, isso após ler alguns escritos feitos por ela quando jovem. Maria ruma as experiências ruins, que não se realizou profissionalmente, que entrou na polícia que era uma coisa que ela não queria, acha que na vida não chegou a 'canto nenhum'. Ao mesmo tempo pede perdão a Deus que lhe concedeu tantas coisas, como dois cursos superiores (Enfermagem e Direito), um emprego (quando tem tantos desempregados), a condição de comprar seus remédios (quando tantos não conseguem), participar de cursos, viajar, mas ela não se sente realizada e nem feliz com nada.

Para o futuro próximo ela deseja aposentar-se e nunca mais ouvir falar em polícia, dedicar-se a Igreja (participando de pastorais), fazer a faculdade de Teologia (diz que devia ter feito há muito tempo).

Robin. Inspetor. Está com 50 anos, 22 anos dedicados ao serviço policial. Professa a religião Católica, mas identifica-se também com os Evangélicos. Tem 2º. Grau completo. Casou-se, conviveu cerca de nove anos com a esposa, tem duas filhas (21 e 20 anos) desse casamento, mas separou-se. Vive maritalmente com outra pessoa, há dez anos e com ela tem uma filha de nove anos.

O ingresso na instituição policial deu-se quase por um estado de necessidade, pois era recém casado. Pesou também a questão da estabilidade. Era estudioso, diz que poderia passar em qualquer concurso que preenchesse os requisitos, mas alguns requeriam que a pessoa saísse do Estado e isso ele não queria porque se casara há pouco tempo e não queria ficar distante da mulher. Afirma que não tinha vocação na época, no sentido de ser policial. Trabalhava como representante comercial. Sempre gostou de lidar com o público, não foi choque assumir o trabalho policial, foi prazeroso.

Aos poucos os policiais mais antigos iam passando as normas, dizendo que a polícia era assim e só ficava quem queria. Nisso estavam incluídos as torturas, o que não era condizente com sua educação familiar. Aquilo então o paralisou, naquele momento, levando-o quase a renunciar aos quadros da polícia.

Assumiu suas atividades no 4º. DP, onde passou seis anos, em seguida foi para a Assessoria de Informação (hoje serviço de Inteligência), local com o qual se 'identificou', o melhor local onde trabalhou, segundo ele, mas ali ficou pouco tempo. Lá afirma que encontrou bons policiais, honestos. Partiu para o interior em virtude da separação, pois deu 40% do salário base para a educação de suas filhas, e precisava ganhar mais. Pura ilusão!, diz. Conseguiu efetivamente uma sobrecarga de trabalho, pois no interior 90% dos policiais estão comprometidos com os políticos, fazendo 'vista grossa' para tudo. Desde o alto escalão, ao mais baixo. Apesar de que, alguns colegas já o tinham alertado sobre o assunto, dizendo 'rapaz, o cana no interior é comprometido com os políticos'. Por se achar uma pessoa de 'cabeça fria', achou que ia se safar. Considera lamentável o comportamento dos colegas.

Uma vez diz que ficou entre a vida e a morte, com um ex-presidiário; juntou a coragem e o medo, pensou nas filhas, na mulher, e a coragem foi maior.

Outra vez no Lagamar enfrentou um marginal, que se não tirasse a vida dele teria morrido. Novamente pensou na família, e isso, afirma, lhe deu uma força indescritível. Os agressores eram homens fortes, mas ele conseguiu domina-los. Até então não sentia nenhum estresse, se tirou vida de alguém foi em legítima defesa, não foi por perversidade, pensava. Nunca feriu um inocente. Aprendeu a vasculhar almas, diz que utilizava várias artimanhas, sondava e só ‘pegava pesado’ com aqueles que realmente tinham cometido o delito. Muitos deles choravam, “juravam por pai e mãe’ que não eram responsáveis por aquele fato, e por fim era descoberto que eles tinham realmente cometido aquele crime, latrocínio, etc.” Diz ter passado muitas situações constrangedoras, até com colegas.

Bebia socialmente, mas passou oito anos sem beber. “Se quiser nunca beber, não bebe”, palavras de Robin. Agora enfrentando um outro contexto, separado, trabalhando no interior, e não pactuando de extorsões, estava fadado a procurar uma válvula de escape, voltou a beber e freqüentar bingos eletrônicos. Foi para o interior para ganhar um pouco mais, e diz que nunca foi policial que gostasse de extorquir, pois se assim fosse chegaria numa ‘boca de fumo’ e pegaria R\$ 300,00/ 400,00/ 500,00 para custear o jogo e ajudar em casa, como outros faziam. Mas, como diz ninguém ‘pega no pulso’ dele, pois não usa esse tipo de expediente. Infere que o policial que faz isso é o pior bandido. Diz:

Mais perigoso que o meliante comum, que é vítima do sistema. O policial não, é um homem instruído, passa pela academia, é pago pela sociedade. O delinqüente vem de favela, desamparado pelas autoridades competentes, pelo Estado em si, sem nenhuma formação, crescido dentro de um ambiente de promiscuidade, no mundo do crime, vendo aquilo desde que nasceu. Eles ficam assim, amadurecem cedo. Ficam precoces. Confessa que muitas vezes recebeu propostas, inclusive de pistoleiros, mas respondia: “- comigo não funciona assim”.

Em razão disso, certa vez escutou de um ‘chefe dos pistolas’ que ele era o único policial que tinha moral para prendê-lo, pois nem o delegado tinha. Nunca esqueceu esse relato, afirma. O tal ‘pistola’, segundo ele, ainda está vivo.

Há cerca de quatro anos começou a sentir o problema do adoecimento. Trabalhava em Aracati, recebeu uma proposta de ‘tirar o serviço de um colega’, aceitou. Carência de policial, delegacia defasada. Passou dois anos trabalhando por ele e por outro colega. Veio a manifestação da sobrecarga, dor de cabeça, sensação

de cansaço, doença. Os plantões funcionavam da seguinte forma: trabalhava 24h, folgava 72h. Como substituía um colega, sobrava-lhe dois dias nos quais, ao invés de descansar, ia beber, ficava embriagado. Terminava que tinha somente um dia para descansar, e não descansava. Chegava novamente o dia de trabalhar, estava com dor de cabeça. O parceiro de trabalho só queria dormir, ficava, portanto, responsável pelo plantão sozinho. E aquilo foi tomando proporções maiores. Não queria aceitar, mas já se encontrava doente. Passava a noite inteira fumando, não dormia. Em contrapartida, no seu plantão não ocorria fuga.

Relativo à hierarquia, considera que foi ‘cruzeteado’ por um delegado, que armou uma cilada para o mesmo, arranjado inclusive testemunhas falsas para incriminá-lo. Tudo isso, segundo ele, porque o tal delegado utilizava um veículo TROLLER, em proveito próprio (com sua família), e ele fez um comentário na delegacia a respeito do assunto. O TROLLER seria mais adequado para dar suporte ao perito, quando faziam perícias de acidentes, homicídios na região, pois em termos de gastos seriam muito menores. O citado delegado preparou um inquérito contra ele a portas fechadas. Foi uma armação, diz, tem inclusive uma escritã que diz não testemunhar a favor dele por medo de ser a próxima vítima. Por conta desse entrevero está na Corregedoria (órgão que cuida de investigar atos indevidos, erros e abusos dos policiais) e ficou sem delegacia durante dois meses. Relata que quem não faz ‘o jogo’ desse delegado ele prejudica. O Superintendente disse que encontraria um lugar para ele, “como se fosse um rebolo”. Foi para a delegacia da cidade de Pacajus, um estresse, diz. Sentiu-se um mero ‘carcereiro’. Desabafa:

Uma delegacia com muitos presos da ‘Justiça’, que se acham no direito de ‘esculhambar’ todo mundo, pois sabem que o policial não pode fazer nada. Uma delegacia localizada na BR, onde o barulho de caminhões trafegando é insuportável. Sinto-me reduzido a um ‘guarda prisional’, um ‘carcereiro’. Fora isso, a cobrança da população.

Está lotado em Pacajus há três anos, mas encontra-se de licença há dois anos. Está sentindo-se inútil nesse estado de afastamento, mas não quer voltar a trabalhar na mesma delegacia. Vem sentindo-se melhor há cerca de seis meses, inclusive o médico diminuiu a quantidade de remédios. Lembra que também largou o álcool. Confessa que praticou coisas das quais não se orgulha e que não faria mais. Acredita que foi resgatado por uma Igreja Evangélica. Pretende comprar livros. Acha

que pode arranjar alguma coisa ligada a segurança, mas de outro nível, se ver que tem condições.

Zaratustra. Inspetor. Está com 46 anos, aproximadamente 23 anos dedicados ao serviço policial. Professa a religião Católica. É solteiro, mas vive maritalmente com uma pessoa, com a qual tem uma filhinha. Tem curso superior completo em Pedagogia. Considera inclusive que o apoio de sua família é o que tem dado alento a sua vida.

Diz que ingressou na polícia por vocação, pois desde pequeno tinha vontade de pertencer aos quadros da polícia, admirava e ainda admira a profissão. Acha que a influência vem do pai, que serviu o exército no período da segunda Guerra Mundial e conversava sobre isso com ele. Na época do concurso para a polícia passou em outros, mas escolheu a polícia por vocação e pelo salário (que à época era convidativo).

Relata que a realidade é muito dura. Que quando entrou na polícia o contingente policial era muito superior ao que é hoje. Tinha melhor condição de trabalho porque tinha mais gente para trabalhar, menos estresse, a população era muito menor, o número de criminosos era muito menor, e o policial não fazia papel de carcereiro. Ressalta que o que está acabando com a saúde mental do policial é isto de transformá-lo em carcereiro. Diz que já levou cuspidinha no rosto, garrafada d'água nas costas, foi ameaçado de morte, 'chingado', levou saco de 'n' coisas que não quer nem publicar por parte dos presos, e o pior é que não pode fazer nada. Está lá para cumprir a lei, e não para revidar. Conclui dizendo que tudo isso vai deixando o policial constrangido, muito chateado. O apoio por parte dos superiores é muito pequeno, ou quase nada. Porque às vezes eles não podem fazer muita coisa, pois não têm a capacidade de aumentar o contingente policial da noite para o dia.

Foi designado para o 17º DP, e passado os seis primeiros meses assumiu a condição de Chefe da Investigação. Tirava plantão no Pirambu (bairro bastante truculento). Trabalhou no Bairro Henrique Jorge, entre outros. Mesmo atuando em locais de truculência via tudo dentro da normalidade, mas quando passou a ser 'carcereiro', então tudo piorou, e muito. Para ele:

Sendo defensor do Estado de Direito, o Estado brasileiro não se preparou adequadamente para enfrentar a questão da criminalidade.

É como uma panela de pressão que alguém colocou no fogo e foi-se embora, e nesses últimos anos essa panela de pressão está explodindo. O Estado brasileiro como um todo, os governos ficaram 'maquiando', fazendo de conta que investiam pra valer na segurança pública e no policial, e nessa 'brincadeira a coisa' foi crescendo e 'chegamos onde chegamos'.

Estas são palavras de Zaratustra. Acha que pela incompetência do aparelho estatal em investir no homem, preparar o policial, preparar aquelas instituições que combatem o crime (no caso a polícia civil e militar) é que a segurança privada tomou espaço. Considera que:

As delegacias do interior, antes do governo Cid, várias foram desativadas. Como isso pode acontecer se a população está aumentando? Existe uma delegacia, ao invés de você aparelhar, faz é fechar?

Inúmeras são as perguntas, que terminam por esbarrar numa reflexão. Acredita que se os governos estaduais e federais estivessem investindo e preparando os policiais, com salários decentes e com estruturas adequadas de trabalho, a criminalidade não estaria nas condições em que se encontra e as empresas que estão ganhando fardos de dinheiro na segurança privada não seriam bem sucedidas; porque não haveria tanto espaço para elas.

Afirma que o policial está em freqüente risco de vida, dado que passa meses e meses tirando serviço de 24h sozinho na delegacia. Mostra que passou de um sábado para um domingo com 45 ou 50 presos, um feriado. Entregava sozinho 50 cafés da manhã, 50 almoços, 50 jantas e recebia 50 palavrões, 50 desacatos, 50 ofensas de toda sorte. Relata:

E ainda tinha que vistoriar aquela alimentação porque é um fato notório que as serras e outros instrumentos entram geralmente ou nas visitas, como também nas alimentações quando não examinadas adequadamente. Muito trabalho, uma barra muito pesada para uma pessoa só.

Não dormia, e isso garantia que no seu plantão a fuga estava fora de cogitação. Nunca dependeu do álcool, apesar de tudo. Não sabe se esse contexto

ainda se repete. Desde que está afastado até assistir a um programa policial o estressa, “traz recordação; medo total, porque tem uma vida, uma família para cuidar”.

Declara que nunca substituía seus colegas por dinheiro, mas quando se tratava de seu serviço tinha muita dedicação, passava 24h vigilante. Muitas vezes ajudava colegas levando presos ao Fórum, o delegado ficando na permanência. Contingente reduzido. Ressalta não ser irresponsabilidade, nesse caso, da administração. A respeito da hierarquia, diz que nunca teve problemas. Sempre foi muito disciplinado.

Diante de todo esse relato e mais algumas que não foram esplanadas, foi perdendo o gosto pela atividade. Deixou de freqüentar estádios, cinemas, clubes, praia, centro da cidade, etc. Tinha medo de dirigir, em tudo, diz, “via coisas”. Passou a ter idéias não muito boas, não valorizava mais a vida. Percebeu então que isso não era normal. Uma pessoa que era alegre, vivaz, agora vivia reclusa. Já vinha sofrendo há quatro ou cinco anos, mas foi ‘segurando’, achando que fosse coisa passageira. Infelizmente não foi, pois completaram dois anos de afastamento em 02.10.2007, chegando até a aposentadoria (pediu há 15 dias). Está esperando somente a publicação no Diário Oficial. Considera que está sendo coerente, mas sente-se frustrado. Lembra que, como todo mundo, gostaria de chegar até o final, de aposentar-se por tempo de serviço, pois tem uma saúde relativamente boa, se não fosse um problema de hipertensão (porque, segundo ele, também desenvolveu hipertensão arterial por causa do trabalho). Se não fosse esses problemas de saúde estaria trabalhando tranquilamente, porque é o que gosta de fazer, é o que sabe fazer.

Zaratustra salienta que é a primeira vez que aparece alguém da instituição para visitá-lo. Não recebe apoio de ninguém. Desde o tempo que está em casa é a primeira vez que recebe a visita de uma colega, realizando um trabalho, ‘um competente trabalho, diga-se de passagem’. Afirma que nunca seus superiores, assistentes sociais, quiseram saber se ele estava vivo ou não, “se já fizeram a missa de 7º. dia, do 100º. dia”.

Diz que embora seja um professor formado, tenha ‘a carteirinha’, ‘tudo direitinho’, ‘mas não é a sua praia’, para ser honesto. Informa que talvez escreva alguns livros, porque tem muito material, provavelmente vai dedicar-se a literatura. Brinca dizendo que daqui a alguns anos se eu encontrar uns quatro ou cinco livros

escritos por ele, não devo admirar-me. Mas crê que na área da Segurança Pública está sendo coerente com ele mesmo “pois não adianta forçar a barra, pois poderá sentir um ‘troço’, seja por conta da pressão arterial, ou a depressão voltar mais forte”, e não sabe qual seria a reação dele. Não tem dinheiro para começar nenhum tipo de negócio, pois o dinheiro dá somente para pagar as contas, mas está tranqüilo.

Felipe. Escrivão. Está com 35 anos, aproximadamente oito anos dedicados ao serviço policial. Professa a religião Católica. Casado, mas encontra-se separado atualmente. Tem o curso superior completo em Direito. Tem três filhos. Considera que o apoio de sua família foi fundamental para o seu retorno ao trabalho tão rapidamente.

Ingressou na Polícia Civil há cerca de oito anos, em 2000. Relata que todos os irmãos são policiais e ele era sargento do exército, teve a oportunidade de fazer o concurso, fez e passou. Afirma que a família sempre teve “essa coisa de ser policial militar ou civil”.

No início, diz, era muito ‘vibrador’, era mais um inspetor do que escrivão. O pessoal até brincava com ele chamando-o de “escrivão de rua”, então ele reconhece que realmente queria estar na rua, queria estar fazendo um trabalho de polícia, investigava, estava fazendo as coisas que gostava. Estava atendendo as expectativas pessoais “mas com o tempo, de repente a pessoa vai se desiludindo, vai vendo que as coisas não são ‘bem assim’, você vai vendo que não está sendo reconhecido, e isso de certa forma vai magoando”.

Fala em falta de reconhecimento quando os superiores não valorizam seu trabalho. Felipe diz que todo mundo vê a polícia de forma negativa e mesmo que a pessoa seja um excelente policial, a própria população vê o policial como um ladrão, ou então não o reconhece. Infere que instituição não dá oportunidade aos que têm qualificação, prestigiando aqueles que não tem. Conta que fez vários cursos no exército, tem muita qualificação e não conseguiu ir para o Centro Integrado de Operações Aéreas - CIOPAER, enquanto, para ele, várias pessoas estão no CIOPAER “somente para ganhar um aditivo”. Tudo que ele queria era colocar em prática os conhecimentos adquiridos no exército. Acha que a polícia deveria treinar o homem e ver suas qualificações, para depois inseri-los no local mais adequado.

Assumiu suas atividades no 2º. DP, onde passou seis meses, lotado no

plantão. Quando era comandante da guarda, no exército já fazia trabalho semelhante, só que chamavam de 'tirar serviço'. Não dormia, e não tinha nem como dormir, pois era flagrante atrás de flagrante. Começou a ver a precariedade da Polícia Civil, pois havia apenas um computador para dois escrivães, então ficavam alternando, quando chegava um flagrante revezavam.

Levado por uma questão de adequar horário, nessa época estava cursando Direito na UNIFOR, então foi para Sobral, chegou a tirar plantão que era de 48 horas. Diz:

O policial tirava dois plantões e folgava seis dias. Isso foi um acordo feito com os plantonistas. Nessas 48h, cheguei uma vez numa sexta e sábado fazer sete flagrantes, isso em máquina de escrever, porque os computadores que tinha lá não funcionavam. Cheguei a ficar com os dedos doendo, e os seis dias que tinha de folga era praticamente dois dias para descansar e os outros para se preparar psicologicamente para enfrentar 48h, novamente.

Foi sua escolha ir para o interior, pois estava passando por momentos críticos e pensou que poderia ganhar um pouquinho mais. "Tudo ilusão, porque você se cansa mais, você se desgasta mais", afirma. Passou pouco tempo e voltou para Fortaleza. Foi para Maracanaú. Tudo então começou a complicar, pois ele começou a tirar muitos plantões (trabalhava 24h e folgava 72h), trabalhava muito, fazia muito flagrante de noite, sem falar da precariedade que era muito grande. "Somente um escrivão, fica naquela linha de espera; terminado um flagrante, estava chegando outro", é o que conta Felipe. Ressalta que o escrivão começa a se desesperar porque é só ele e mais ninguém, "tem delegado que ajuda, tem delegado que não ajuda. O inspetor só faz dizer, chegou mais um e vai dormir". Entende que plantão não é para dormir. Afirma que nunca foi remunerado para substituir um colega em plantão, já trocou. Porque acha que dinheiro no mundo chegaria a pagar um plantão. Já chegou a tirar plantão extra na Delegacia da Criança e do Adolescente - DCA, e numa noite fez 11 procedimentos envolvendo criança e/ou adolescentes infratores, que são enviados para o Juizado da Criança e do Adolescente. Um inquérito envolvendo criança ou adolescentes é mais complicado, porque tem que fazer mais peças (procedimentos/documentos). Um desgaste grande, pois o escrivão acaba se exaurindo fisicamente e mentalmente.

Para Felipe o governo, a polícia em si não colabora com o seu efetivo. Dizem que o policial tem que procurar ajuda, ele entende que não é o policial que tem que procurar, o superior tem que saber o que aconteceu com aquele policial. Lembra que “no cumprimento da missão um colega morre, ele está representando o Estado, e onde está o Estado para dar apoio a família? Não tem”.

Felipe descreve seu adoecimento da seguinte forma: começou a sentir certas coisas estranhas, e não sabia identificar que como depressão, pensava que seria outra coisa. Demorou muito até saber o que era. Uma amiga, depois um amigo, chamaram-lhe a atenção, afirmando que eram sintomas depressivos. Foi procurar a Assistente Social, em seguida a Psicóloga, e que “tive que quebrar um tabu, que 99% das pessoas possuem que é consultar um psiquiatra”. Diz que a maioria das pessoas pensa que o psiquiatra é somente para loucos, e graças a Deus hoje se dá muito bem com esse profissional e descobriu que está contaminado pela depressão, desencadeada devido ao excesso de trabalho, o pouco efetivo, os plantões,

Relata que ficou absorto com a quantidade de pessoas que se encontra com o mesmo problema, que até então era estranho à sua vida. E se pergunta por que os governantes, os dirigentes não tomam uma providência. Tomou conhecimento que o drama já existe há muito tempo. Passou a observar mais detidamente os casos e pode perceber que muitos relutam em aceitar o quadro depressivo, tentam se enganar, e isso retarda o tratamento.

O entrevistado reclama do que ele chama “escravidão do escrivão”, pois ele não pode levantar-se para tomar um café, uma água. “O leigo diz que está esperando há um ‘tempão’ e o escrivão ainda vai tomar água!” Significa que a pressão sobre o escrivão é tão grande que esse quando inicia o expediente não pode sequer ir ao banheiro. Ele fica acuado, não tem direito a nada. Não pode sair dali um minuto.

Acha que deveria haver um programa no qual a participação dos policiais fosse maciça, não só quem estivesse precisando. Todos os policiais deveriam passar por uma avaliação frequentemente, para averiguar seu estado físico e psicológico. Uma conversa, uma consulta para verificar se ele está satisfeito no seu local de trabalho, se precisa de algo. Destaca o fato de ter passado seis meses de licença e apenas duas pessoas ligadas à instituição davam telefonemas para saber o seu estado. Diziam que ele voltasse somente quando estivesse bom.

Considera o meu trabalho (a monografia) uma sementinha, que vai começando, vai começando, pensa-se que não surte efeito, mas futuramente terá fruto. Ressalva que as autoridades estão vendo o que está acontecendo, só não querem fazer nada agora. Repete:

Eles estão percebendo que o índice de servidores com adoecimento está crescendo, e quando começarem as aposentadorias aumentar por depressão, eles vão ver que precisam fazer alguma coisa”.

Relata que às vezes se sente tão incapaz, que pensa haver apenas uma maneira de acabar com essa solidão, com essa depressão, que é acabando consigo mesmo. Considera a família, quando estruturada, uma peça fundamental para a recuperação do doente. No seu caso específico a contribuição foi de sua irmã, que o levava ao Shopping, tentando erguê-lo, tirá-lo do marasmo em que se encontrava. Chegou a passar dias inteiros deitado, ao invés de engordar ficou magro, pois efetivamente não comia. A irmã só faltava dar-lhe banho. Encontrava-se em estado vegetativo.

Recorda que os anos de plantão deixaram-no intolerante, principalmente pela falta de suporte técnico, pois a falta de impressora, de papel, de grampo, vai irritando o servidor no dia a dia. Ele procura fuga no álcool, que não resolve o problema, criando outro, a depressão. Evitava contatos sociais, mergulhando no isolamento. Diz:

Fico ‘pensando besteira’. Todo mundo conversando e o depressivo começa a falar em morte, revivendo o passado, começo a tornar-me uma companhia indesejável, negativa”

Veio então a separação conjugal, tornando insuportável o contato com os outros, o viver normal. A filhinha mais nova o reanimava também, atrelado a isso estava usando os medicamentos anti-depressivos.

Reconhece que foram vários fatores que se cruzaram e que determinaram o seu estado depressivo. Sabe que o início foi com sua saída do exército. Louva o apoio da família e dos amigos que o induziram a procurar ajuda médica no momento exato, caso não tivesse feito isso no momento certo, talvez

fosse tarde. Considera-se praticamente recuperado. Como saldo dessa problemática toda ficou uma melhora no seu relacionamento familiar, pois diz que estava ficando muito brutalizado. O Psiquiatra acha que ele já está na luz. Faz votos que esse trabalho chegue às mãos de quem possa mudar alguma coisa.

Tomé. Inspetor. Está com 46 anos, aproximadamente 23 anos dedicados ao serviço policial. Tem Curso Superior Completo. Professa a religião Evangélica. Casado, tem um filho rapaz. Considera que o apoio de sua família foi fundamental para a sua recuperação.

Ao informar como ingressou na polícia, esclarece que fazia o curso de Direito na UNIFOR quando surgiu o concurso; fez e passou. Não sabe dizer se realmente foi uma escolha, ou pelo menos sabe que não foi por vocação. Queria apenas um emprego. Ingressou no quadro da instituição, ao presenciar algumas cenas (maus-tratos, tortura), quase pediu para sair. Diz que aquele ambiente não era para ele, mas alguns colegas disseram que ele estaria presenciando uma situação, mas nem sempre isso acontecia. Aconselharam-no a procurar um departamento para trabalho burocrático. Aderiu à idéia, procurou um departamento e conseguiu a Divisão das Delegacias Distritais da Capital (DDDC). Trabalhava somente com papéis. Recebia documentos de plantões de todas as delegacias dos distritos da capital. Observou que nos departamentos há pouca competição, já nas delegacias esse tipo de comportamento é comum. Presenciou alguns policiais tentando 'dar rasteira' no colega com o objetivo de se promover perante o chefe. A famosa 'cruzeta'.

Na seqüência foi trabalhar no Departamento de Polícia Metropolitana (DPM), em seguida foi para a Delegacia Geral, Delegacia da Mulher e por Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA).

Relata que sempre manteve um bom relacionamento com seus superiores, e acredita que o que determinava isso era sua dedicação ao trabalho, cumprindo com rigor as suas obrigações. Lembra apenas um fato que contradiz essa versão. Estava Tomé recebendo alguns documentos, quando um delegado disse que um policial estaria ameaçando-o e que Tomé teria presenciado, logo iria testemunhar a seu favor (delegado) na Corregedoria. Confessa que ficou estupefato, pois na verdade nada ouvira, uma vez que estava absorto fazendo anotações e nada presenciara. Aquilo foi muito constrangedor. Conta que realmente foi notificado

a comparecer a Corregedoria para depor sobre o incidente e lá falou a verdade. Não poderia testemunhar contra uma pessoa apenas porque um superior seu assim determinara.

A respeito do perigo a que todos os policiais estão submetidos, de uma forma ou de outra, infere que no seu caso estaria ligado à questão de entregar notificações, principalmente sábado à tarde e domingo. Aproveita para mostrar as circunstâncias em que entregava as notificações: sábado a tarde é o momento em que os notificados estão no barzinho, na mercearia, na esquina, tomando uma cerveja, uma cachaça, etc. Domingo, ainda estão bebendo, ou estão de ressaca. Apesar de ser propício, porque é mais seguro encontrar o intimado, é totalmente inconveniente entregar um documento desse a um embriagado, ou após uma noite de bebedeira, passada em claro. É claro que o notificado está cansado, portanto a recepção não é a melhor. Recorda, inclusive considera até uma 'cruzeta', que os colegas entregavam as notificações durante a semana, deixando as mais complicadas para ele. Tomé ficou conhecido como 'o descobridor dos endereços difíceis'. Na execução dessas tarefas muitas vezes deixou a viatura ("graças a Deus que era descaracterizada", diz) na entrada de becos das favelas e adentrava para entregar as intimações. Certa vez, inventou uma desculpa mentirosa, vendo o risco que estava correndo, disse que era do SOS.

Esclarece que a profissão por si só é estressante. Relata que os primeiros indícios da doença foram percebidos por sua mulher, que começou a reclamar que ele estaria brigando com ela e o filho à toa. Não encontrava mais sentido na vida, tendo inclusive idéias suicidas. Procurou ajuda médica, passou a tomar antidepressivos, inicialmente não lhe fez bem (alguns medicamentos não se dão com o organismo), então foi mudando e hoje se considera recuperado, não para o trabalho policial, mas para outras atividades menos estressantes. Salienta que obteve seqüelas psíquicas, mas também físicas. Nas conversas com o psiquiatra, este o aconselhou a visitar um cardiologista, que após exames detectou a hipertensão. Doença essa adquirida, segundo ele, em razão de 12/13 anos de plantões, apesar de nunca ter trabalhado em substituição a um colega. Considera a carga horária de um plantão (24h) desumana, causando a sobrecarga de trabalho. E ainda a questão do achatamento salarial, pois quando entrou na instituição ganhava 10 salários mínimos, hoje não chega a cinco. Afirma que o vencimento do policial que trabalha honestamente não é suficiente. Mas lembra uma vantagem: que o

servidor que ingressa através de concurso só fica desempregado se fizer alguma coisa errada; embora ganhe pouco, é seguro. Destaca que seu pai criou dois casais de filhos (ele está inserido), e um dos princípios que ensinou foi o da honestidade. Todos aprenderam a fazer as coisas 'direitinho', sem confusão, conseguem 'as coisas suado', trabalham. Sua mulher não trabalha fora de casa, logo todo dinheiro que entra em casa provém do seu trabalho. Lamenta nunca ter podido viajar nas férias, nunca poder fazer nada extra em casa, pois no fim do mês faz falta.

Ressalta que não usa mais sua arma, tampouco a carteira de polícia. Que a religião também foi responsável pela sua recuperação.

Manifesta a esperança de que as 'coisas melhorem', pois tem conhecimento de policiais morando em favelas, por falta de condições. Expõe que a maioria dos policiais da turma de 1985 tem qualificação, ou seja, possuem curso de nível superior. Isso já é um bom indicativo, em termos de formação. Faltando, portanto, o incentivo, pagar melhor para que a pessoa trabalhe com dedicação, do contrário ela vai procurar outro local onde isso aconteça. Outro ponto que ele ressalta é a questão da pouca importância da instituição sobre a formação, uma vez que o policial pode ter 10 diplomas (nível superior), que não ganha 'um centavo a mais', por isso. "É uma repartição, como se fosse ralé das repartições". Traz à baila a questão dos políticos que se elegeram através da segurança pública e nada fizeram por ela, e muito menos para diminuir a violência no Ceará, mesmo tendo ficado conhecidos através do cargo que ocupavam. Cita os seguintes políticos: Moroni e Paulo Duarte.

Lembra que muitos policiais não querem fazer cursos para se promover, pois consideram que é ilusório e que ganham dinheiro é trabalhando, e quando eles usam o termo trabalhar está embutido a possibilidade de no serviço externo ganharem muito mais, pois são recompensados com gorjetas ou outros ganhos indevidos. Almeja melhoras na instituição policial, mesmo que estas não o alcancem, pois está prestes a se aposentar.

Tiago; Inspetor de Polícia. Está com 38 anos, aproximadamente 15 anos dedicados ao serviço policial. Professa a religião Católica. Casado. Tem o 2º. Grau completo. Tem um casal de filhos. Conta com sua esposa na sua convalescença.

Tiago é altruísta, diz que ingressou no serviço policial pensando em ajudar a própria sociedade, e também porque tem um primo policial e admirava o

trabalho do primo. Suas expectativas com relação à polícia inicialmente foram correspondidas, mas quando começou a conhecê-la melhor decepcionou-se, deixou de gostar dela. Achou fácil adaptar-se a ela. Não se chocava, nem mesmo diante do perigo. Relativamente à hierarquia, confirma que teve problemas, pois existia uma concorrência velada: “Cada um queria ‘aparecer’ mais que o outro, nas prisões. Mas não era coisa séria, depois estava tudo bem”.

Foi designado para assumir suas atividades na Assessoria de Informações (hoje, Departamento de Inteligência Policial - DIP), e realizava trabalho operacional, passando ali três anos. Quando saiu do Serviço de Inteligência foi para o 4º. Distrito Policial (DP), onde passou a exercer a chefia da Análise de Inteligência (análise de estatística, relativo à criminalidade; todos os indicativos), tendo a responsabilidade de munir todos os policiais das informações mais precisas sobre o que acontecia naquela área. Fazia trabalho burocrático, mas muitas vezes ia a campo, quando o assunto requeria maiores conhecimentos (acumulados do DIP). Ali passou seis anos. Gostou muito de trabalhar no 4º. DP porque lidava diretamente com a população, com a comunidade. Mesmo que não tivesse tempo de resolver um problema pessoal, como ir ao banco, levar um filho ao médico, etc. Sentia-se valorizado.

Quando lhe foi perguntado sobre perigo e o medo que causava a atividade policial, ele informou que gostava bastante, sentia-se excitado, lhe causava euforia.

Ao sair do 4º. DP foi apresentado a DRFVC, como policial de rua, no começo. Enfatiza que o policial de rua é muito cobrado, se faz 99% e não faz 100%, não fez nada. Depois “começaram a cortar minhas asas”, foi quando começou a ficar doente. Relata que lhe tiraram o poder que tinha no 4º. DP, “aquela liberdade de investigar”. Ressente-se da administração do delegado que passava as informações para algumas equipes especificamente. Começou então a se sentir desprivilegiado. Começou a observar o lado ruim da profissão, o lado político. Observou que amizades pessoais valem mais que a competência, em alguns casos. Tentou sair deste local de trabalho, mas sem êxito, mesmo todos sabendo que ele não estava feliz ali o Superintendente não concordou (mais uma vez a questão da amizade falando mais alto). Antes de sentir-se desvalorizado fazia seu trabalho com muito amor.

O adoecimento não foi anunciado com sintomas, ele apareceu de

repente. Em um dia só estava caído, sendo conduzido a um hospital. Devido à queda brusca que teve o médico queria interná-lo. Teve uma piora com os remédios, que não se adequaram ao seu organismo. Mudou de médico e de remédio, e confessa que o tratamento tem respondido bem. Diz que se não tivesse esse tipo de acompanhamento talvez não estivesse vivo.

Ressalta que a Perícia dificulta muito a licença médica, e isso especificamente para o policial. E por ordem do governador Tasso Jereissati (na época), somente quem poderia conceder a licença seria o chefe da Perícia Médica do Instituto de Previdência do Estado do Ceará (IPEC) hoje, Célula de Perícia Médica do Estado do Ceará (Dr.Edilberto). Afirma que “essas coisas atingem o policial, deixando-o entristecido. Como se o policial fosse um embromador”. Amargando as palavras diz que está vendo a instituição acima da pessoa humana. Cita vários fatores para o seu sofrimento: a falta de valorização por parte da instituição, a falta de tempo para a família, o desgaste pela sobrecarga de trabalho, a ameaça dos bandidos, etc. o organismo então procura uma válvula de escape, que pode ser bebida, droga, enriquecimento ilícito, entre outros, não seguindo esses tipos cai na depressão.

Maldiz da assistência social da instituição que nunca aparece para lhe fazer uma visita. Fala que o servidor se sentiria acalentado com a presença do serviço social, pois assim ele nutre a sensação de que fez muito para a instituição, “mas ela agora faz por mim não, me esqueceu”. Acredita que as assistentes sociais visitam quando o caso é de repercussão, e aí o sindicato também aparece. Critica o sindicato por não ajudar nessa problemática. Pensa que deveria ter um setor dedicado a esse uma vez que essa doença está tomando proporções gigantescas.

Tiago tem esperança de que com este estudo (a monografia) algo mude. Que comecem a se preocupar com a parte mais atingida do policial que é a mente. Afirma que o policial vive sufocado com o salário que ganha.

Diz que esteve semi-internado no hospital São Gerardo, e conviveu com policiais das outras instituições que se ressentem da mesma forma, pelo abandono, principalmente quando está doente, quando mais precisam de apoio.

Sobre a questão de alguns se negarem a participar das entrevistas, entende que seja um receio, pois o policial sempre está espreitando. Não confia em todo mundo, não sabe se você está ali para ajudar ou para investigar.

Finaliza dizendo que a doença vem lentamente, escondida, camuflada em

outra doença, e quando se instala “*derruba*” de uma vez o policial (grifo nosso).

Vale salientar que eu não havia falado o título da pesquisa e ainda assim ele usou o termo “derruba”.

João. Inspetor. Está com 45 anos, aproximadamente 14 anos dedicados ao serviço policial. Não declara possuir religião, mas cita o temo ‘graças a Deus’ muitas vezes. Divorciado. Tem uma filha do primeiro casamento. Kursou o 2º. Grau completo e terminou o Curso de Turismo na antiga Escola Técnica Federal do Ceará (ETFCE), hoje Centro Federal Tecnológico (CEFETE).

Ingressou na profissão de policial motivado pela estabilidade e também por questão de afinidade. Inferiu que entrou para a polícia sob a influência da atividade do pai, que trabalhava em um estaleiro, e que apesar de não ser policial exerceu função similar. Era vigilante no Rio de Janeiro. Usava farda. Em razão de ter morado no Rio de Janeiro, viu muitas cenas de violência, presenciou tiroteios onde morou, isso não o amedronta. Nunca sentiu medo no exercício do trabalho.

Declara que trabalha desde os 14 anos, em várias atividades, como: pintor de parede, ‘*office-boy*’, revenda de carros, etc. Gostava de serviços externos, nada de confinamento. Era namorado, já aos 17 anos. Começou a provar uma ‘*cervejinha*’. A mãe, preocupada com a situação dos colegas que usavam drogas, resolveu enviá-lo para Fortaleza, onde foi morar com parentes.

Conta que não tem vocação para trabalhar em ambientes fechados, gosta de trabalhar com o público. Por isso acha que o trabalho policial preencheu suas expectativas. Motiva-o muito um trabalho dinâmico, com ação. Antes já trabalhara em função externa, como socorrista no Serviço de Atendimento Médico de Urgência (SAMU). Trabalhar com o público sempre aguarda uma surpresa, diz. “Certas vezes a pessoa está preparada para trabalhar demais, e quase não faz nada; em outros momentos a noite é cheia de ocorrências.”

Fez o concurso em 1992, mas não foi aprovado no psicotécnico, e com ele alguns outros candidatos. Movimentaram um advogado quando o Estado abriu um novo concurso, alegando que havia uma turma sob ‘*judice*’. Resultado é que em 1994 entrou efetivamente na instituição. Como já foi dito, não houve surpresa com a atividade, até porque ao longo do período da ação foi se informando sobre a profissão. Obteve o 3º. Lugar na classificação geral. Foi designado para a delegacia de Crateús, onde passou oito meses. Apesar de tomar conhecimento de que era um

lugar muito distante da capital, foi com toda boa vontade. Relata que gosta da vida interiorana, que o trabalho é estressante, mas que é necessário tirar um prazer dele. Teve problemas com o inspetor chefe, 'que não foi com a cara dele', talvez pelo sotaque carioca. Também com um cabo da Polícia Militar. E tudo começou porque após a separação conjugal ficava na delegacia (interior), mesmo sem estar de serviço. Isso incomodava o tal cabo, que, para ele, era um 'chato'.

Quando entrou para o serviço policial já estava separado, e 'bagunçado psicologicamente', deprimido. A separação se deu porque conheceu uma jovem, com a qual manteve um relacionamento, trazendo inclusive para sua casa. No começo tudo acontecia sem choque. Até que um dia sua mulher o surpreendeu, e foi o fim. Com essa companheira não teve filhos, mas foi a de que mais gostou. Inclusive, segundo ele, sua filha também gostava dela. Partiu para uma terceira experiência. Foi morar com a família da moça, mas não deu certo. Diz que "Era só sexo". Bebia com a terceira esposa, pois o pai era dono de uma lanchonete e vendo todo mundo bebendo cerveja entrava também na bebedeira. Inconscientemente percebeu que tinha perdido a mulher de sua vida. É nesse contexto que passava muito tempo na delegacia e criou aquela indisposição com o Cabo da Polícia Militar. O delegado teve que apresentá-lo. Estava, naquele episódio, em Morada Nova. Foi encaminhado ao Setor Psicossocial, há cinco meses.

A bebida começou a fazer parte de sua vida. Consegue assumir que é um alcoólatra, diz que "faz parte de 10% da humanidade com esse problema: os adictos". Informa que passou algum tempo internado numa clínica de recuperação levado por sua irmã, onde reside atualmente.

Conta um fato sobre essa condição de 'estado de recuperação'. Na noite de natal não quis ir para casa de familiares com receio de uma recaída na bebida. Saiu então, para levar o cachorro para passear. Ocorre que sua irmã esqueceu de deixar a chave. Quando voltou e percebeu o que acontecera saiu, viu alguns amigos, tomou uma coca-cola, mas depois não resistiu à tentação e bebeu, mas bebeu tanto, que não sabia quem teria ficado com o cachorro.

Incluiu ao histórico um assalto, tendo como protagonistas um jovem e um velhinho. O assaltante partiu para cima do idoso convicto que a presa era fácil, não fosse à interferência de João. O meliante quando viu o carro da polícia saiu correndo, considera que foi afoito nesse momento uma vez que enveredou numa favela só, pela simples vontade de cumprir o seu dever. Nesse ínterim deparou-se

com uma cena deprimente, crianças esqueléticas, tendo apenas uma protuberância na região abdominal, ou seja, uma grande barriga. Sua mente fotografou aquele momento e nunca mais apagou. O rapaz, protagonista da história, encontrava-se debaixo de uma cama. Trouxe-o consigo até a delegacia, mas antes foi ter com a vítima. Salientou que ele só ficaria preso caso fosse efetuada uma queixa. Dando continuidade ao fato, voltou até aquela família e levou consigo a mulher até um comércio de alimentos e fez uma feira com o essencial: feijão, arroz, açúcar, café, biscoitos, etc. Passado uns dois dias, como o vitimado não compareceu até a delegacia, resolveu liberar o citado preso. O final feliz veio quando tempos depois viu o indivíduo trabalhando em cima de um caminhão. Presumiu que houve uma recuperação com o ato de compaixão de João para com aquela família. Agradece a Deus por não misturar uma coisa com a outra (eu diria que ele separa o pecado do pecador, quando usa essas palavras).

O seu adoecimento foi observado por pessoas do seu convívio. A princípio alguns o chamavam de 'sem-vergonha'. Antes de entrar na polícia já tinha certa depressão. Lembra que 'tirava serviço' de colegas para aumentar seus vencimentos, mas concluiu que isso é ruim, deixa a pessoa desajustada em seu relógio biológico. Experimentou beber para dormir, mas não funciona porque depois vem a ansiedade.

Ressalta que o armamento da polícia está obsoleto, falta apoio e que as autoridades deveriam investir no ser humano.

Atualmente está ansioso, mas não depressivo. Quer conseguir uma delegacia na capital, ou em um interior próximo para continuar o seu tratamento, mesmo trabalhando.

ANÁLISE DOS DADOS DAS ENTREVISTAS

Traçado o perfil dos entrevistados e sistematizados os dados foi possível observar que há quatro situações que se entrelaçam na vida desses indivíduos comprometendo a sua saúde mental. São elas: a separação conjugal, dificuldades financeiras, histórico familiar de depressão e insatisfação com o trabalho.

As marcas do sofrimento vão sendo deixadas ao longo da vida do

indivíduo que ingressa na carreira policial, pois como afirmou Tiago, não lhes sobra tempo para resolver os problemas pessoais, desde levar o filho ao médico, até fazer o pagamento em um banco. “É um trabalho que sufoca”, disse Tiago. Em razão disso temos três entrevistados separados, em que a estrutura familiar foi desprotegida. A rotina, a falta de horário para realizar suas atividades, desestrutura o lar. As mulheres desses profissionais terminam assumindo dois papéis: de pai e de mãe. Elas absorvem o estresse que o marido carrega consigo, e se sobrecarregam com as responsabilidades que não são distribuídas equitativamente. Enfrentam uma série de dificuldades advindas da desordem que se instala na família, pois se o pai vai trabalhar numa cidade do interior, pensando em ganhar um pouco mais, deixa os filhos a mercê dos cuidados exclusivos da mãe o que termina por afetar na educação como um todo. A criança sempre espera que o pai esteja presente em sua festa de aniversário ou participando da festa do dia dos pais no colégio, etc. Mas para esse profissional as datas festivas estão no âmbito da incerteza. Outro ponto significativo é a questão do adultério, ora ele morando no interior, vindo em casa semanalmente ou quinzenalmente, ocasiona um problema, a infidelidade. Isso ocorre mesmo que ele esteja sob o mesmo teto, dado a facilidade que ele tem de estar fora de casa, pois sempre está em diligências (algumas vezes verdadeiras, outras, criatividade maquiavélica). Podemos até citar o ‘caso’ de João que se aproveitando da ausência de sua mulher em casa, leva uma jovem para divertirem-se em seu próprio lar. Isso vai desestruturando a família, colocando-a em segundo plano, vindo desgaste e por fim a separação. Vimos no perfil dos entrevistados: Robin, Felipe e João inseridos no grupo dos separados, sentimentos de tristeza e ansiedade.

Não obstante, eles também sofrem com a separação, pois na verdade o que eles queriam é que a mulher aceitasse as suas fugas, as suas limitações. Mas não é assim que funciona, começam as brigas, ofensas, chegando ao óbito da relação. E quanto mais dedicado à profissão ele for, mais fácil será a sua separação. Quando chegam aos seus limites a sua saúde mental também fica abalada, tornando-se mais complicado o convívio. Infere-se, portanto, que há uma estreita relação entre a separação conjugal e o trabalho policial. Dado que a profissão polícia conta com o servidor 24h, ele está sempre de sobre aviso, ficando fácil desviar sua rota. Isso acontece frequentemente, após terminar sua tarefa para a instituição ele faz uma ligação para a companheira dizendo que ainda está em diligências e não

sabe a hora que chegará a casa. Em grupo, ou apenas acompanhado de uma mulher, sai à procura de diversão. Por fim, quando um policial morre, e isso é do conhecimento geral no meio policial, aparecem várias viúvas requerendo suas pensões respectivas. Existem as exceções.

As conseqüências provenientes da separação também se embaralham. O profissional da segurança poderá estar optando pelo interior (onde eleva os seus vencimentos em 110% do vencimento básico) porque necessita de maior salário para dar uma vida melhor à família; no entanto lá ele constitui outra família e ato-contínuo vai pagar pensão para a primeira, e a situação desvia-se do rumo planejado. Ou, podemos citar o caso de João, que já se encontrava separado, após ter levado uma jovem para o seu leito familiar e assim destruído o seu casamento, e que procura o interior como válvula de escape para os seus problemas financeiros e afetivos. Desgasta-se fazendo horas extras. Atualmente as horas extras são pagas pelo Estado, mas no passado quem pagava era o colega que iria iniciar o novo turno, e que não o fazia, permanecendo o do turno anterior. Significa, portanto, que ocorria a sobrecarga, pois ele não trabalhava 24h, mas 48h sem descanso. Para suprir agora a família deixada para trás e a si próprio, tem como uma outra fuga a bebida nos poucos momentos de folga. Robin relata em sua entrevista que “o único dia que tinha para descanso ia beber, ficava embriagado”. José, Felipe, João e Robin, procuraram na bebida uma maneira de lidar com o descontrole provocado em seu relógio biológico gerado pelos plantões. Felipe chega a afirmar que “não tem dinheiro no mundo que pague um plantão”, ele nunca tirou plantão em troca do dinheiro dos colegas, às vezes chegava a substituir alguns (troca de plantões).

Um outro problema, adjunto aos demais, é o jogo. Robin viciado em bingo eletrônico e por estar longe de casa enveredava-se nesse marasmo, aumentando ainda mais o caos financeiro em que sua vida se tornara. Mas ressalta que nunca tentou resolver a situação através de atos ilegais, pois considera que aqueles policiais que se utilizam desse expediente são mais bandidos que os próprios bandidos.

Então, as dificuldades financeiras (necessidade de melhores salários), transferência para o interior do Estado (em busca de melhorias salariais), apontam para uma sobrecarga de trabalho, que causa ansiedade, tendo como fuga o álcool, que deságua numa depressão.

Durante as entrevistas, foi ainda detectado um histórico familiar de

depressão em Joana e Maria. A primeira conta que duas de suas irmãs aposentaram-se por essa doença, juntamente com seu marido que está esperando somente a publicação no Diário Oficial do Estado, e todos já exerceram função de policial. A segunda afirma que vários familiares têm problema com depressão: sua mãe, uma irmã e um sobrinho (já falecido). Ressalta inclusive que uma tia (irmã de sua mãe) já tentou suicídio.

Quanto a esses casos, o importante a ressaltar é que o trabalho pode potencializar a doença. Como afirma Dejours(2005:122):

Contrariamente ao que se poderia imaginar, a exploração do sofrimento pela organização do trabalho não cria doenças mentais específicas. Não existem psicoses de trabalho, nem neuroses do trabalho. [...] O defeito crônico de uma vida mental sem saída mantido pela organização do trabalho, tem provavelmente um efeito que favorece as descompensações psiconeuróticas.

Tornou-se visível durante a pesquisa, as repercussões que a insatisfação com o trabalho causa à saúde mental do indivíduo. Tal constatação está presente na fala de Ana quando esta conta o quanto a Polícia era disciplinada antigamente (27 anos atrás), como a hierarquia estava presente e era benéfica à instituição, pois atualmente os servidores que ingressam no serviço policial não o fazem por vocação, não tem dedicação ao trabalho. Zaratustra vê da mesma forma, que os colegas de trabalho deixam muito a desejar na execução de suas atividades, mas ressalta ainda a diminuição do contingente policial. Esta é também a opinião de José. Ana ressalta que não se trata de falta de pessoal, pois se assim fosse ela não se desgastaria, mas simplesmente o descaso com o trabalho. Pedro é também concordante com a idéia da falta de responsabilidade do efetivo. Pedro e Felipe lembram à questão do embrutecimento do ser humano em razão do serviço. Robin e Tomé, após assistirem sessões de tortura ficaram estarrecidos e pensaram em desistir da profissão. Ana, Felipe, João e Robin focalizaram bastante a precariedade em que se encontra a instituição, detalhando a falta de computador (no interior, principalmente, ainda utilizam máquina de escrever), de papel, de material de expediente, entre outros. João queixa-se do armamento obsoleto, “a bandidagem possui de última geração”. Enquanto, Pedro diz:

Houve um estouro na criminalidade em Fortaleza e os bandidos hoje estudam, quando estouramos um cativeiro vemos certificado de tiro, isso não é lenda. O perfil do criminoso mudou, e com isso uma inteligência, uma perversidade desconhecida.

Muitos também reclamam da falta de valorização. Dizem que a instituição não se preocupa com o bem estar do servidor, mesmo que esse esteja passando por uma fase crítica, como no caso dos acometidos de doenças ocupacionais. Dentre os que citam esse fato estão: Felipe, Tiago e João. Seguindo ainda a questão da desvalorização, Zaratustra e Robin acham que o sofrimento deles se iniciou quando o trabalho se resumiu à função de carcereiro; principalmente quando o preso – chamado preso da Justiça (aquele que já foi julgado e continua nas delegacias), encontra-se sob a tutela do delegado, e esse preso sabendo que está ali indevidamente maltrata o policial com xingamentos, etc. Não há reconhecimento pelo trabalho executado, se fizer 90% e não fizer 100%, não fez nada. E mais, que o policial pode se qualificar ao máximo, aumentando as páginas do currículo com diversos cursos, que não tem nenhum tipo de benefício.

A sobrecarga também faz parte da insatisfação com o trabalho, pois os superiores, segundo eles, não vêem, que ali está um ser humano e não uma máquina, que não pode sequer adoecer. Foi citado por Tiago que para o policial receber licença médica por depressão tinha que ser avaliado pelo diretor da Perícia Médica. Isso demonstra o nível de desconfiança que há a respeito do policial, como se esse fosse mais esperto que as demais categorias e estivesse sempre disposto a ludibriar alguém.

Faz parte ainda da insatisfação “as cruzetas”, que são atitudes tanto provenientes dos pares como também dos superiores hierárquicos para sobrepujar o outro. Esse tipo de comportamento funciona como uma gangorra, enquanto um desce o outro sobe. Pedro e Robin sentiram isso na pele. Pedro responde a processo crime como vingança por ter denunciado dois policiais corruptos, que o incriminaram utilizando meios escusos, enquanto Robin através de seu superior imediato em represália a uma crítica pela utilização de veículo da repartição para uso próprio, hoje responde uma corregedoria. Tomé afirma que presenciou ‘cruzetas’.

Muitas outras observações podem ser feitas relativas ao que poderia tornar o trabalho prazeroso e não um fardo, levando em conta o que torna a pessoa feliz. Como disse Felipe em certo momento da entrevista: “a polícia deveria treinar o homem e ver suas qualificações”. Coloca que os dirigentes deveriam criar programas onde todos seriam obrigados a participar, mesmo que não estivessem com problemas, mas somente para uma conversa, para saber como está sua vida e se este está feliz no local onde desempenha suas funções, e não ficar ali obrigado. Esse tipo de pensamento também coaduna com o de Tiago e Ana, que pediram para sair da delegacia onde trabalhavam, pois não estavam felizes, mas não foram liberados. Isso lhes causou sofrimento.

Os dois escrivães entrevistados (José e Felipe) não gostam do trabalho que fazem. Sentem-se melhor executando a função de inspetor. Inclusive um deles já foi chamado de “escrivão de rua”. Estes dois sofrem porque não realizam o trabalho que gostariam de realizar, são frustrados com isso.

Outros pontos que merecem destaque são: vocação, idéias suicidas, gostar de trabalhar com o público, trabalho altruísta e hipertensão adquirida na função. Então, seis entrevistados consideram que tem vocação para o trabalho policial, mas que depois perderam o prazer por ele. Cinco comungam com o pensamento de suicídio em algum momento. Dois dos entrevistados demonstraram idéias comuns a respeito de gostar de lidar com o público, Robin e João. Aversa completamente a essa idéia de trabalhar com o público existe Maria, que não suporta ser interpelada, prefere usar um computador (uma máquina), papel (burocracia), a qualquer contato com o público. Apenas Tiago relatou que o seu interesse maior em trabalhar na instituição seria para ajudar a sociedade. Zaratustra e Tomé afirmam que adquiriram hipertensão arterial em razão do trabalho.

Dos onze entrevistados sete afirmaram professar a religião católica, dois dizem não possuir religião, um é evangélico e um outro se divide entre a religião evangélica e a espírita. Mourão (2000:87) diz:

Mas, felizmente, a fé exerce funções importantes na **atenuação do sofrimento** e, sendo **inerente ao ser humano**, é **imprescindível** para a sua **felicidade e modelação psicológica**. Até na evolução de um processo mórbido quando, ao **aliviar uma psico-depressão**, pode reduzir ou eliminar o desdobramento de uma **imunodepressão**. É, portanto, um lenitivo tão envolvente e significativo que, muitas vezes, pode substituir ou participar de

intervenções terapêuticas convencionais. Nesse último caso, quando se verifica um bom resultado, a terapêutica é negada, principalmente pelos agenciadores das religiões e feitiçarias, valorizando suas atuações. Os atores sempre ligam crença-cura.

Observa-se, portanto, que os indivíduos estão sempre à procura de proteção, e muitos encontram na religião essa segurança. É uma alternativa de conforto psicológico, que ajuda sobremaneira ao tratamento em busca de uma cura. Não necessariamente encontrada na religião, pois como fora mostrado nos perfis dos entrevistados, mesmo aqueles que dizem não ter religião utilizam muito o termo “graças a Deus”, de forma enfática, evidenciando referenciais religiosos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta monografia teve como objetivo compreender os inúmeros matizes que levam os profissionais da segurança pública ao distúrbio depressivo. Em especial elege como recorte empírico uma amostra de policiais civis da cidade de Fortaleza, que executam suas funções nas delegacias de polícia, e que estão afastados por depressão.

A partir de um trabalho de campo minucioso, com a realização de entrevistas em profundidade com nove policiais, correspondendo a 30%, mais duas entrevistas exploratórias realizadas com policiais com exercício de suas funções no DAMPS, de forma que foi possível observar o assunto sob outro ângulo.

Os principais pontos conclusivos a destacar, são: que a depressão teve como causas principais a separação conjugal, as dificuldades financeiras, histórico familiar de depressão e insatisfação com o trabalho. Didaticamente estamos fazendo uma separação, mas nas situações reais relatadas esses pontos apareceram de forma entrelaçada formando um emaranhado, sendo praticamente impossível identificar com precisão onde um começa e o outro termina.

Depressão, a outra arma que derruba o policial reflete com seriedade a história de vida de vários policiais que se encontram afastados de suas atividades motivados por um sofrimento que foi surgindo inesperadamente e garantindo um lugar em suas vidas, algumas vezes de forma brusca e outras suavemente. Foi possível detectar através das entrevistas que a descoberta do adoecimento muitas vezes dava-se por percepções familiares, em outros casos através de amigos que observavam as alterações de humor, as mudanças de comportamento e, em pouquíssimos casos os próprios enfermos percebem-se deprimidos.

Alguns dos entrevistados relutaram em aceitar que estivessem acometidos dessa doença, mas após a aceitação procuraram ajuda e hoje indicam estratégias individuais e também coletivas para a transformação da situação caótica que se encontra a Segurança Pública diante desse problema. Fugir do preconceito é o primeiro passo. Reconhecer-se doente é a outra conduta mais acertada, em seguida procurar ajuda, pois não há como recuperar-se sem acompanhamento psicológico ou psiquiátrico.

Dentro do coletivo estudado, evidenciam-se caminhos de transformação para a instituição, tais como: aumento do contingente policial pela realização de concursos, formação do profissional, mudança nas instalações físicas, armamento compatível com a atual realidade, redução da carga horária, valorização do trabalho policial, fiscalização no uso dos bens públicos (principalmente pelos hierarquicamente superiores), otimização das instalações do serviço psicossocial (bem como da quantidade de profissionais), retribuição do trabalho policial com salários mais dignos, entre outros.

Este foi um canal aberto, a partir de uma inquietação que surgiu de maneira altruísta, pela constatação do número elevado de licenças concedidas a vários colegas meus, que se encontravam deprimidos.

Os entrevistados tiveram a oportunidade de expor suas dores, insatisfações, tristezas, sem identificar-se e reivindicar condições melhores de trabalho em um documento que ficará registrado, pois a monografia, apesar de configurar-se um pequeno estudo, tem o seu valor científico. Considero este o ponto alto da pesquisa, sendo um dos objetivos alcançados.

Ficou comprovado através das falas dos entrevistados que os profissionais aqui estudados ingressaram na instituição, alguns por acaso e outros por vocação. Dentre aqueles que entraram por acaso, há uma linha divisória – uns começaram a gostar do trabalho e outros já se decepcionaram logo no início, permanecendo na instituição por motivos variados. Os que se declararam policiais por vocação adaptam-se com facilidade, mas como trazem consigo padrões de exigência elevados terminam por adoecer quando percebem que outros não são tão dedicados como eles por aquele mister. Fica então muito clara nesse momento a origem da doença, não necessariamente o fator determinante, mas como uma das causas da depressão. Evidencia-se que, quase sempre, pessoas perfeccionistas são deprimidas ou têm tendência à depressão. Vale também salientar que a imunidade não está ligada ao ter ou não vocação.

Tudo indica que a recuperação é mais rápida para aqueles que possuem família estruturada e fé. Refiro-me à fé intrínseca ao homem, da esperança imprescindível para a sua felicidade, do desejo de sobreviver, da aceitação da fragilidade, do empenho em sua própria recuperação. Não se deve esquecer que o tratamento médico: antidepressivos, associados com uma terapia comportamental cognitiva (psicólogo, grupo de auto-ajuda) é também fundamental.

O tema aqui abordado não esgotou por completo o assunto investigado, uma vez que se poderia estudar não só a relação do policial com a instituição, mas também desse servidor perante a sociedade (em que a sociedade contribui para o adoecimento?). É também a sociedade uma mantenedora desse 'status quo'? Que contribuição ela poderia dar para uma reeducação do policiamento e uma evolução recíproca? E a justiça, em que ela poderia mudar para agir em igualdade de condições com a polícia (julgando decentemente e na velocidade que a polícia trabalha), evitando o tipo de caso que Ana citou em sua entrevista (a testemunha que estava sentindo-se ameaçada após testemunhar contra um delinqüente, e poucos dias depois este passava em sua porta, mesmo os policiais tendo dito que ele ia ficar preso)? Ainda com relação à justiça, o que diferencia o trabalho deles do trabalho policial para a recompensa salarial ser diferenciada em valores gritantes? Outra vertente da sociedade que valeria a pena estudar é a mídia e a sua visão parcial e no mais das vezes sensacionalista dos acontecimentos como são veiculados pela imprensa escrita e televisiva. Ela é também uma co-autora da desesperança, do desencanto e do desânimo sentido pelo policial? Muitos outros questionamentos poderiam ser levantados para estudo, mas esses, a meu ver, são os mais vulneráveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALESTRERI, Ricardo Brisola. **Direitos humanos: Coisa de polícia**. CAPEC. Rio Grande do Sul: Pater 1998.

BRANT, Luiz Carlos. **Trabalho e sofrimento em gestores de uma empresa pública em reestruturação**. Rio de Janeiro. Caderno Saúde Pública. V.20 nº. 4 jul/ago.2004.

CODO, Wanderley. Qualidade, participação e saúde mental: muitos impasses e algumas saídas para o trabalho no final do século. In: DAVEL, Eduardo e VASCONCELOS, João (Orgs.) **Recursos humanos e subjetividade**. Petrópolis: Vozes, 1996.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

DIAS, Elizabeth Costa. **Trabalho e sofrimento em gestores de uma empresa pública em reestruturação**. Rio de Janeiro. Caderno Saúde Pública: V.20 nº.4 jul/ago.2004.

HELOANI, José Roberto e Capitão, Cláudio Garcia. Saúde Mental e Psicologia do Trabalho. In: **São Paulo em Perspectiva**, Vol. 17 nº.2. abr/jun. 2003.

LOPES J.C. **A voz do dono e o dono da voz: trabalho, saúde e cidadania no cotidiano fabril**. São Paulo: 2000.

LUNDIN, Stephen C; Paul, Harry; Christensen, John. **Peixe! Como motivar e gerar resultados**. São Paulo: Campus, 2000.

MERLO A. **A informática no Brasil**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

MINAYO, Maria Cecília S. **Estudo comparativo sobre riscos profissionais, segurança e saúde ocupacional dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro**. SENASP, 2006.

MOURÃO, Luiz Augusto C B. **A origem da vida sem deuses**. Fortaleza; 2000.

PALÁCIOS, M. **Sofrimento psíquico e trabalho** (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro; Universidade Federal do Rio de Janeiro; 1999.

RODRIGUES, Emersonmar. Distúrbios na Segurança. **Diário do Nordeste**. Ceará, Polícia. Caderno 1, p. 14. 03 mar. 2008

SENNETT, R. **A corrosão do caráter**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

UCHIDA S. **Temporalidade e subjetividade no trabalho informatizado** (Tese de Doutorado). São Paulo: Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo; 1996.

FERRARI, Ana Cláudia. **A busca de sentido**. Viver Mente & Cérebro. Revista de

Psicologia, Psicanálise, Neurociências e Conhecimento. São Paulo: Ediouro, Ano XIV nº. 160, maio 2006.